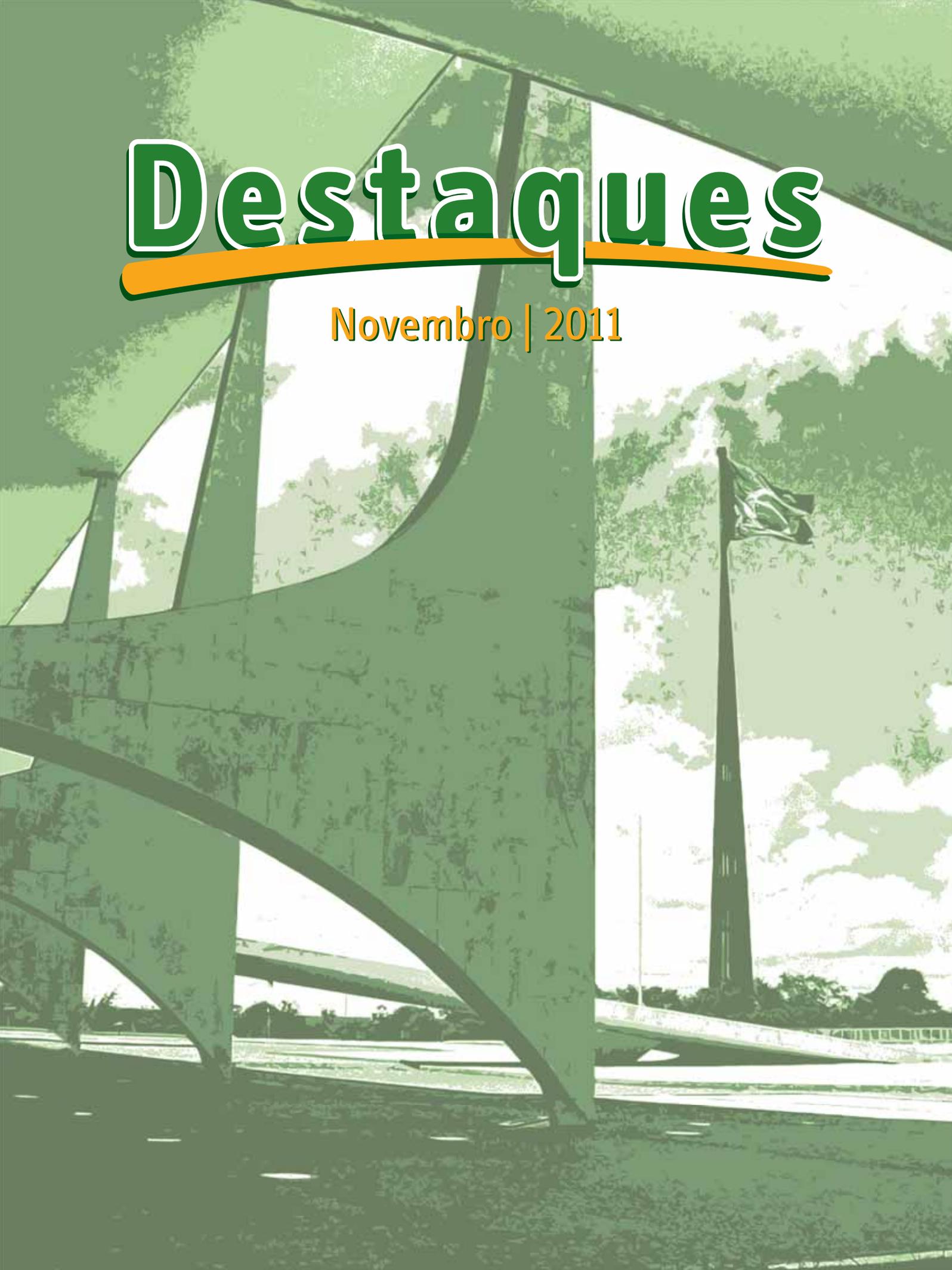


# Destiques



Novembro | 2011

Copyright © 2011 - Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social – SECOM.

Publicação de cunho informativo e de prestação de serviço. Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação e de informações nela contidas, desde que citada a fonte.

Seu conteúdo não pode ser alterado. As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Versão eletrônica disponível nos sítios [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br) e [www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)

Divulgado em novembro de 2011.

Contato: [destaques.secom@planalto.gov.br](mailto:destaques.secom@planalto.gov.br)

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.

Destaques: Secretaria de Comunicação – Ano IV. nº 2 (ago./out. 2011).

– Brasília: SECOM, 2011.

v. : il. – Quadrimestral.

Título anterior: Destaques: ações e programas do Governo Federal.

Descrição baseada em: Ano IV. n. 2 (ago./out. 2011)

1. Programa do Governo Federal. 2. Política I. Título.

# Apresentação

Esta segunda edição do *Destaques* em 2011 apresenta as políticas lançadas no período de agosto a outubro e os principais resultados e avanços alcançados nos primeiros dez meses do ano.

O capítulo *Brasil em Números* traz novas informações do Censo 2010, que mostram um Brasil ainda mais metropolitano, onde mais pessoas se declaram pardas e pretas, que tem mais emprego formal e menos desigualdade em todas as regiões. Apesar da atual conjuntura de crise internacional, este Brasil em transformação continua gerando empregos, reforçando sua solidez fiscal e sua condição como destino de investimentos externos, como é resumido no *Cenário Econômico*.

Em *Fóruns de Gestão*, são apresentados os principais resultados do Plano Brasil Sem Miséria em seus primeiros cinco meses, mostrando que as estratégias para superação da extrema pobreza já começaram a chegar aos beneficiários. São destacados também os novos números da execução do PAC 2, que apontam que os investimentos para o aprimoramento da infraestrutura brasileira estão em curso e cumprindo os cronogramas previstos. Nesse capítulo, são ainda apresentadas novas medidas para o aperfeiçoamento da regulação da atividade econômica e de fomento à indústria brasileira, adotadas para manter o Brasil na rota do crescimento, bem como ações de fortalecimento da cidadania.

Na seção *Destaques* são apresentados os novos programas e ações do Governo Federal, como o Melhor em Casa, o SOS Emergências, a terceira fase de expansão da rede federal de ensino tecnológico e superior, o Plano Brasil Maior e o Crescer, além das medidas de aprimoramento do Supersimples. As ações para a reestruturação do setor aéreo, a evolução das obras para a Copa 2014, os resultados das medidas de combate ao desmatamento e a ampliação do limite de crédito fiscal para 17 estados são outros temas em destaque. O leitor ainda encontrará detalhes sobre o início da vigência da lei que garante o acesso a informações públicas e da que cria a Comissão da Verdade.

A participação do Brasil em eventos multilaterais e a agenda bilateral que marcaram o período agosto-outubro estão no capítulo *Brasil e o Mundo*. Na *Agenda Normativa* estão os principais atos publicados no período. Os editores do *Destaques* agradecem, mais uma vez, o inestimável apoio dos órgãos do Governo Federal no fornecimento das informações contidas nesta publicação. Reiteram o convite para que os leitores enviem, para o e-mail [destaques.secom@planalto.gov.br](mailto:destaques.secom@planalto.gov.br), críticas e sugestões que muito contribuirão para o aperfeiçoamento da publicação.

**Equipe do Destaques**

# Sumário

## Brasil em Números..... 5

Censo 2010 ..... 6

Cenário econômico ..... 8

## Fóruns de Gestão ..... 11

Fórum de Erradicação da Pobreza Extrema..... 12

Fórum de Infraestrutura ..... 16

Fórum de Desenvolvimento Econômico..... 20

Fórum Direitos e Cidadania..... 24

Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e  
Competitividade ..... 27

## Destaques..... 28

Saúde ..... 29

Educação..... 33

Segurança..... 38

Plano Brasil Maior..... 41

Crescer – Programa Nacional de  
Microcrédito..... 43

Supersimples..... 45

Copa do Mundo 2014 ..... 47

Reestruturação do setor aéreo..... 51

Transparência e acesso à informação ..... 53

Meio ambiente e sustentabilidade ..... 55

Relação federativa..... 57

## Brasil e o Mundo ..... 59

Agenda multilateral..... 60

Agenda bilateral..... 63

## Agenda Normativa ..... 66

Econômica e financeira..... 67

Social..... 69

Infraestrutura..... 72



# Brasil em Números

# Censo 2010

## Perfil da população brasileira

Um Brasil mais metropolitano, com mais emprego e menos desigual

### Mais brasileiros nas grandes cidades

Em 2010, 54,7% dos brasileiros ou 104 milhões de pessoas viviam nos 283 municípios com população maior que 100 mil habitantes.

Nos 3.914 municípios com população inferior a 20 mil habitantes, viviam 17,1% dos brasileiros ou 32 milhões de pessoas.

### 93,8% das crianças com até 1 ano são registradas

Entre as crianças menores de 1 ano de idade, 93,8% tinham registro de nascimento.

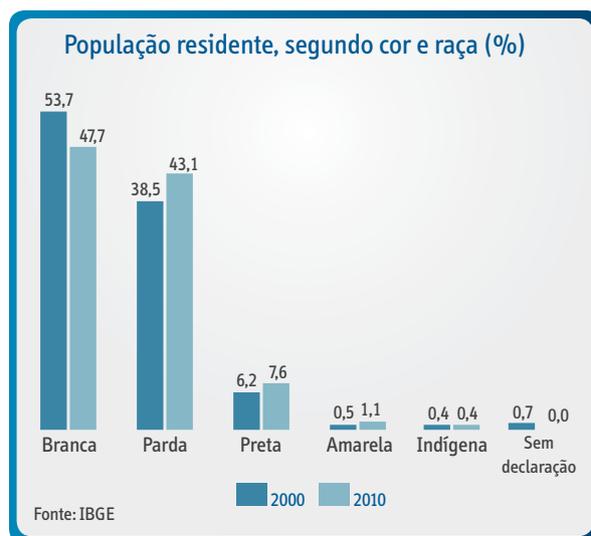
Consideradas as crianças até 2 anos, 97,1% possuíam o registro civil de nascimento. Já entre as crianças com até 10 anos de idade, 98,7% eram registradas.

A região Sul possuía a maior cobertura de registro de nascimento até 1 ano (98,1%), seguida pelo Sudeste, com 97,6%. A menor proporção estava na região Norte, com 82,4%. Na região Centro-Oeste, este percentual correspondia a 95,0% e no Nordeste, 91,2%.

A população indígena apresentava a menor proporção de registro de nascimento: das crianças até 10 anos, apenas 67,8% eram registradas.

### Maioria da população é constituída por pretos e pardos

Em 2010, menos pessoas se declararam brancas e mais pessoas se declararam como pretas ou pardas, em comparação com 2000.



### 45,6 milhões de pessoas informaram ter alguma deficiência

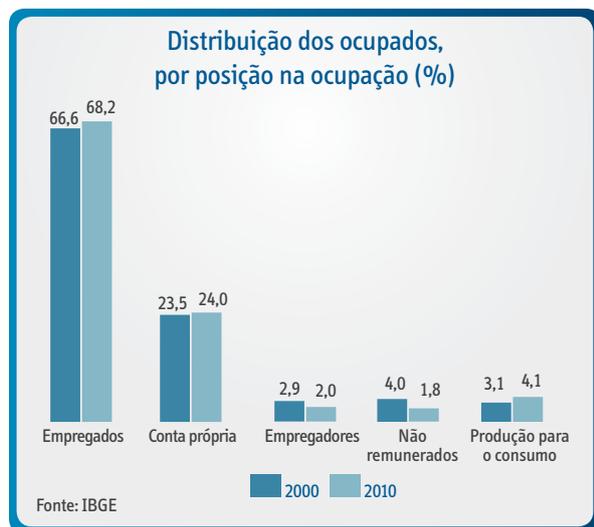
Do total da população, 23,9% (45,6 milhões de pessoas) declararam ter algum tipo de deficiência. Entre as deficiências declaradas, a mais comum foi a visual, atingindo 18,8% da população brasileira. Em seguida, ficaram os problemas motores (7%), auditivos (5,1%) e mentais/intelectuais (1,4%).

### Cresce o emprego protegido

Em 2010, 53,3% das pessoas de 10 anos ou mais de idade estavam ocupadas, parcela muito superior à existente em 2000 (47,9%).

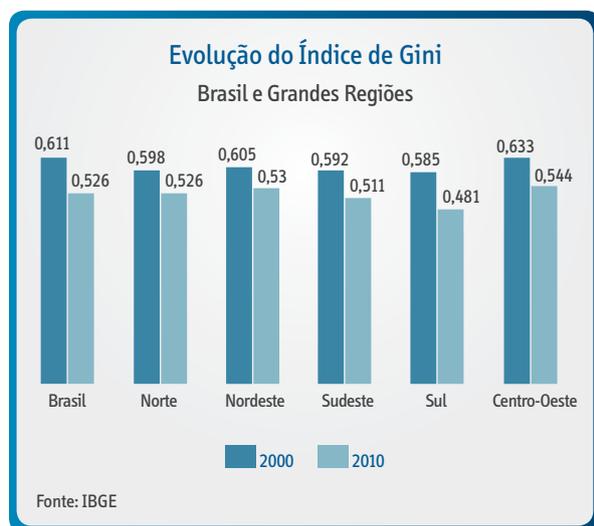
Entre 2000 e 2010, também cresceu de 66,6% para 68,2% a parcela de empregados. No período a participação dos empregados com carteira assinada aumentou que de 54,8% para 65,2% da popu-

lação empregada, indicando a melhoria, na última década, da qualidade do emprego.



## Diminui a desigualdade de renda em todas as regiões

O índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais diminuiu de 0,611 para 0,526 entre 2000 e 2010. A maior queda foi verificada na região Sul, que também apresentou o menor valor para o índice.



Em 2010, o valor do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade foi de R\$ 1.202. No meio urbano, essa média foi de R\$ 1.294 e no meio rural ficou em R\$ 596.

## Mulheres são responsáveis por 38,7% dos domicílios

Dos 57 milhões de domicílios existentes no Brasil, 61,3% eram chefiados por homens (35 milhões) e 38,7% por mulheres (22 milhões). A maioria dos responsáveis (62,4%) tinha acima de 40 anos de idade.

## Domicílios com microcomputador mais que triplicam em 10 anos

Na última década, aumentou o número de domicílios com acesso a bens de consumo durável como televisão, máquina de lavar, microcomputador e automóvel particular.



# Cenário econômico

## Estabilidade macroeconômica e solidez fiscal

Manutenção do rigor fiscal e do crescimento com estabilidade e geração de empregos

O superávit primário do setor público consolidado (Governo Central, Governos Regionais e Estatais) alcançou R\$ 118,6 bilhões (3,5% do PIB) no acumulado até outubro, 37% maior, em termos nominais, que no mesmo período de 2010.

A evolução das contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) foi determinante para esse resultado. Nos primeiros dez meses de 2011 o superávit primário do Governo Central alcançou R\$ 85,7 bilhões, 39% superior, em termos nominais, ao verificado no mesmo período de 2010.

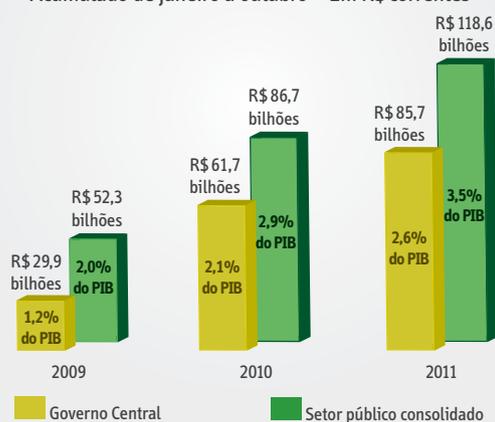
Essa expressiva ampliação em relação a 2010 chama ainda mais atenção quando se considera que, em 2011, não houve entrada de recursos por cessação onerosa de exploração de petróleo, cujo resultado líquido correspondeu a R\$ 31,9 bilhões no ano anterior.

Esses resultados expressam a determinação do Governo Federal em manter o rigor fiscal. Na mesma direção aponta a elevação da meta de superávit primário do setor público consolidado em R\$ 10 bilhões, para R\$ 127,9 bilhões em 2011. Esse acréscimo deverá ser cumprido pelo Governo Central, cuja meta de superávit também foi elevada em R\$ 10 bilhões, para R\$ 91,8 bilhões.

Em outubro, os superávits acumulados pelo Governo Central e pelo setor público consolidado já correspondiam, respectivamente, a 93,4% e 92,7% das novas metas.

### Evolução dos resultados primários do Governo Central e do setor público consolidado

Acumulado de janeiro a outubro – Em R\$ correntes



Fonte: Banco Central do Brasil

O compromisso do Governo Federal com a solidez fiscal cria um ambiente econômico favorável para a redução da taxa básica de juros. Em agosto, o Banco Central reduziu a taxa Selic para 12% ao ano e, em outubro, para 11,5% ao ano.

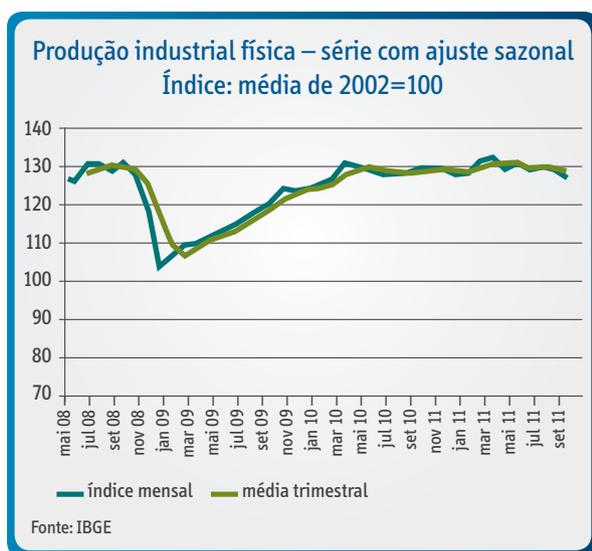
### Emprego continua crescendo, mesmo com moderação na atividade econômica

O Produto Interno Bruto – PIB cresceu 1,2% no primeiro trimestre e 0,8% no segundo, com desaceleração na agricultura e indústria, e relativa estabilidade nos serviços. O setor de Serviços teve o melhor desempenho no segundo trimestre, com expansão de 0,8%, ao passo que a produção industrial variou 0,2% no período.

Os dados mais recentes da Pesquisa Industrial Mensal revelam moderação na atividade indus-

rial. Em julho e agosto a produção industrial variou 0,3% e -0,1%, respectivamente. Em setembro predominou a concessão de férias coletivas e escoamento de estoques na indústria automobilística, o que contribuiu para o recuo de 2% na produção industrial.

Apesar de oscilar, a produção industrial se mantém em um patamar elevado. O gráfico evidencia que a atual crise internacional não afetou a indústria nacional na mesma magnitude que em 2008.

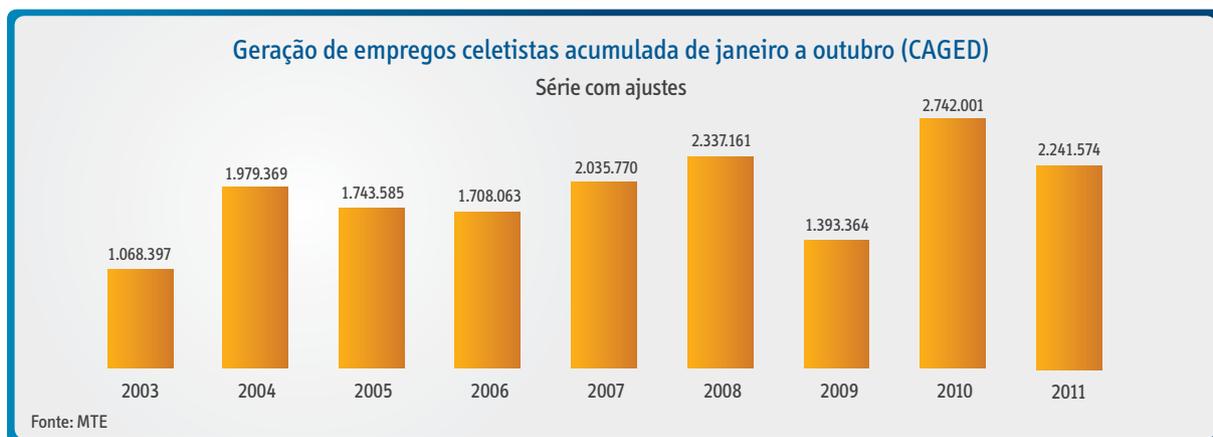


O mercado de trabalho acumula expressiva geração de empregos no ano. Nos primeiros dez meses de 2011 foram gerados 2.241.574 empregos

formais, o terceiro maior saldo da série histórica para o período. O crescimento do emprego formal no ano foi verificado em todos os grandes setores e em todas as Unidades da Federação.



A taxa de desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas foi de 5,8% em outubro, após manter-se em 6,0% no trimestre julho-setembro, a menor taxa para esses meses desde 2002, início da série histórica da pesquisa. A taxa de formalização mantém a trajetória ascendente dos últimos anos, com crescimento de 7,4% do emprego com carteira assinada nos últimos doze meses.

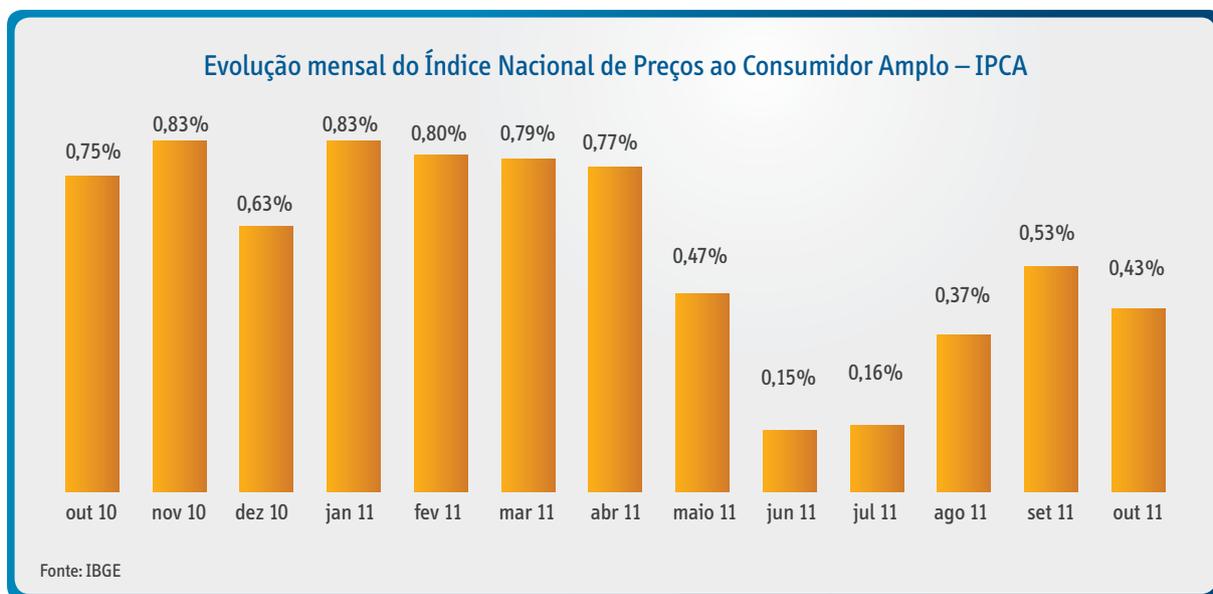


## Comportamento dos preços

No segundo semestre de 2011, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) tem se mantido em patamares significativamente inferiores aos observados no início do ano. Embora tenha apresentado ligeira aceleração no bimes-

tre agosto-setembro, o índice voltou a recuar em outubro, de 0,53% para 0,43%.

A trajetória dos preços na economia se mantém consistente com o objetivo de encerrar o ano dentro da meta de inflação fixada pelo Governo.



## Indicadores externos

A balança comercial registrou, no acumulado de janeiro até outubro, o maior volume de transações da história para o período. Nesses dez meses, as exportações totalizaram US\$ 212,1 bilhões e as importações US\$ 186,7 bilhões. O superávit chegou a US\$ 25,4 bilhões, crescimento de 70,4% em relação ao obtido no mesmo período do ano anterior, na comparação pela média diária.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) mantiveram-se em expansão, alcançando o mon-

tante recorde de US\$ 50,5 bilhões até setembro, o que denota a consolidação do País como destino privilegiado de investimentos.

Nesse contexto, o Tesouro Nacional segue reduzindo o custo de captação de recursos no exterior. Em novembro, o Tesouro captou US\$ 1,1 bilhão em papéis com vencimento em 30 anos com juros de 4,694% ao ano, a menor taxa obtida na emissão de bônus com esse prazo.

As reservas internacionais cresceram US\$ 64,4 bilhões no ano, alcançando US\$ 352,9 bilhões em 31 de outubro.



# Fóruns de Gestão

# Fórum de Erradicação da Pobreza Extrema

## Plano Brasil Sem Miséria

Busca Ativa e articulação com estados, municípios e outros atores marcam a primeira fase de implementação do Plano

Completados cinco meses de seu lançamento, o Plano Brasil Sem Miséria já iniciou dezenas de ações nos eixos de garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços.

Nesse período, destacam-se a mobilização em torno da Busca Ativa e o fortalecimento da pactuação com os estados, promovendo a articulação e o apoio necessários à implementação das ações de acordo com a realidade de cada região.

Desde 2003, cerca de 2,2 milhões de famílias deixaram de receber os benefícios do Programa Bolsa Família devido ao aumento da renda familiar.

Desde setembro, está em vigor acordo entre os Ministérios da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para disponibilizar rede via satélite, por meio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), levando internet banda larga a 166 municípios da

Amazônia Legal. Os gestores desses municípios poderão identificar pessoas em situação de miséria que residem em locais com grande dificuldade de acesso à internet e incluí-las no Cadastro Único.

### BUSCA ATIVA

O objetivo da Busca Ativa é chegar à população extremamente pobre que ainda se encontra fora da rede de proteção social, incluindo-a no Cadastro Único para Programas Sociais. A meta até 2013 é incorporar 800 mil famílias no Bolsa Família.

Até outubro de 2011, 180 mil famílias haviam sido incluídas no Programa.

Diversas parcerias e atores apoiam a promoção da Busca Ativa, com destaque para redes privadas de supermercados, companhias de energia elétrica e de saneamento, os Correios, Equipes de Saúde da Família, professores e alfabetizadores, agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), oficiais das Forças Armadas e toda a rede de assistência social.

### GARANTIA DE RENDA

**Inclusão de gestantes e nutrizes no Programa Bolsa Família:** podem receber o benefício variável, dentro do limite de 5 por família, a mulher gestante e a mãe nos seis primeiros meses de vida da criança. A medida garante melhores condições de saúde e alimentação à mãe e ao bebê, inclusive durante o período de amamentação. Cerca de 69 mil nutrizes receberam o benefício em novembro e 35 mil gestantes deverão começar a receber em dezembro.

**Retorno garantido:** o beneficiário que solicitar desligamento voluntário do Bolsa Família terá seu retorno ao Programa garantido caso sua renda familiar *per capita* volte a ser inferior a R\$ 140. O pedido de retorno pode ser feito até 36 meses depois do desligamento.

## INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA

### Qualificação profissional e intermediação de mão de obra

**Programa Mulheres Mil:** oferecerá 10 mil vagas em 100 institutos federais de educação técnica em todo o Brasil (32 no Nordeste, 20 no Sudeste, 18 no Norte, 18 no Sul e 12 no Centro-Oeste). Com investimento de R\$ 10 milhões, as matrículas estão abertas até 31 de dezembro de 2011.

**Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC):** 60 mil vagas estão garantidas no âmbito do Sistema S e serão oferecidas em 161 municípios, todos com mais de 100 mil habitantes e integrados à rede do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Os procedimentos para seleção dos beneficiários e encaminhamento para os cursos foram acordados com os gestores municipais, que iniciam as atividades a partir de novembro.

**Indústria da construção:** foi firmado acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para desenvolver ações de inclusão no mercado de trabalho, com oferta de vagas por meio de mutirões sociais e feirões de emprego em diversas capitais. Já foram realizados feirões no Rio de Janeiro (julho), em Fortaleza (outubro) e em Porto Alegre (outubro), com oferta de 2,6 mil vagas.

### Economia Popular e Solidária

Em agosto, foram lançados dois editais para selecionar projetos de apoio à organização e à comercialização de redes de empreendimentos solidários, atividades empreendedoras coletivas, micro e pequenas empresas e constituição de incubadoras para geração de ocupação e renda.

**Edital para os estados:** com valor de R\$ 20 milhões, beneficiará mais de 10 mil famílias. O resultado foi publicado em setembro, com a seleção de 7 estados na região Nordeste (RN, BA, PE, PB, CE, AL, PI), 3 na região Norte (RO, AC e AM), 2 na região Sudeste (ES e MG), os 4 da região Centro-Oeste e os 3 da região Sul.

**Edital para os municípios:** com valor de R\$ 9,9 milhões, beneficiará pelo menos 8 mil famílias em 41 municípios das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste.

### Catadores de material reciclável

A Funasa selecionou 157 municípios, nas cinco regiões do Brasil, aos quais oferecerá apoio para compra de equipamentos e qualificação para catadores de material reciclável. O investimento será de R\$ 8,5 milhões.

### Empreendedor Individual – MEI

Para promover assistência técnica a empreendedores formalizados pelo Programa de Microempreendedor Individual inscritos no Cadastro Único, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o SEBRAE firmaram parceria. Por meio do Programa Negócio a Negócio, um agente do SEBRAE realizará no mínimo seis visitas ao empreendimento. Em 2011, serão beneficiados 102 mil empreendedores. As visitas já foram iniciadas em outubro.

## INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL

### Fomento às atividades produtivas rurais

Um total de 340 agentes de ATER está atendendo 25 mil famílias de agricultores familiares extrema-

mente pobres em todos os estados do Nordeste e em Minas Gerais. Além do apoio na estruturação da produção agrícola, as famílias beneficiárias recebem sementes de milho, feijão e hortaliças certificadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

### Água para Todos

Já foram contratadas 140 mil cisternas desde o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria. A água para consumo e para produção chegará a 750 mil famílias em situação de extrema pobreza do semiárido até 2014, combinando a construção de cisternas com sistemas coletivos de abastecimento de água.

### Compras públicas

Em 2011 foram incluídos 37 mil agricultores familiares em situação de extrema pobreza no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O investimento total foi de R\$ 287 milhões, empenhados até setembro.

### Compras privadas

As redes de supermercado são parceiras do Governo Federal para a compra de produtos da agricultura familiar.

Já foram firmados acordos de comercialização de farinha de mandioca, laranja, polpas e geleias com os estados de Alagoas, Sergipe e Acre, além das parcerias firmadas com as afiliadas da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) nas regiões Sudeste, Sul, Norte e dos acordos com grandes redes de supermercados.

A maioria dos acordos também prevê contratação de pessoas inscritas no Cadastro Único.

### Bolsa Verde

O benefício foi pago a 3,5 mil famílias em outubro e outras 3,9 mil foram incluídas em novembro. Cerca de 18 mil famílias da Amazônia Legal receberam o termo de adesão ao programa, das quais 10 mil já aderiram. O programa Bolsa Verde prevê o pagamento de R\$ 300, em parcelas trimestrais, a famílias que desenvolvem atividades de conservação em florestas nacionais, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável federais e assentamentos ambientalmente diferenciados, além de territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

### Desenvolvimento Regional e Erradicação da Pobreza

Em outubro, foi lançada a Rota do Cordeiro, que beneficiará 600 famílias nos estados do Ceará, Piauí, Bahia e Pernambuco com ações de capacitação técnica, criação de empregos em todas as fases do processo produtivo e otimização de recursos técnicos e financeiros. A iniciativa, fruto de parceria entre o Ministério da Integração Nacional e a Embrapa, faz parte do Programa Rotas de Integração Nacional e reforça o eixo de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria, buscando ampliar as oportunidades de emprego e renda em áreas marcadas pela pobreza.

### ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE

O Ministério da Saúde utilizou os critérios do Brasil Sem Miséria para definir a ampliação de suas metas de atendimento, redirecionando suas ações para beneficiar municípios com maior concentração de população em extrema pobreza.

**Unidades Básicas de Saúde (UBS):** empenhados os recursos para construção de 1.922 UBS em áreas prioritárias para o combate à extrema pobreza.

**Equipes de Saúde da Família:** foram implantadas 321 novas equipes para ampliar a cobertura de famílias em situação de extrema pobreza. A meta é chegar a 450 ainda este ano.

As iniciativas incluem a integração de programas estaduais de complementação de renda ao Bolsa Família, ações de Busca Ativa, inclusão produtiva e acesso a serviços.

Ao todo, 10 estados nas cinco regiões já têm ações em curso articuladas com o Governo Federal pela erradicação da pobreza extrema.

## PACTUAÇÃO FEDERATIVA

### Acordos regionais

O Plano Brasil Sem Miséria mobiliza a estrutura do Governo Federal, dos estados e dos municípios, valorizando a parceria federativa e reconhecendo as diferentes manifestações regionais da pobreza.

Já foram firmados pactos com governadores das regiões Nordeste (julho), Sudeste (agosto), Norte (setembro) e Sul (outubro). O pacto pelo Brasil Sem Miséria na região Centro-Oeste será firmado ainda em 2011.

### Iniciativas estaduais

Mais seis estados brasileiros lançaram ações complementares à estratégia do Brasil Sem Miséria.



## Fórum de Erradicação da Pobreza Extrema

Seu objetivo é monitorar e acompanhar a implementação do Plano Brasil Sem Miséria. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é composto também pela Casa Civil da Presidência da República, pelos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário, da Educação, da Saúde, da Integração Nacional, das Cidades e do Trabalho e Emprego e pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

# Fórum de Infraestrutura

## PAC 2 – Investimentos para melhorar a infraestrutura do Brasil

A segunda fase do PAC amplia investimentos sociais como saneamento, habitação, urbanização e transporte público nas cidades, além de dar continuidade às ações de transporte e energia

### INVESTIMENTOS

O PAC 2 investirá R\$955 bilhões entre 2011 e 2014. Até setembro de 2011, já foram investidos R\$ 143,6 bilhões: R\$ 13,2 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU), R\$ 2 bilhões de financiamento ao setor público, R\$ 41,4 bilhões das empresas estatais, R\$ 25,6 bilhões do setor privado, R\$ 5,4 bilhões do Minha Casa, Minha Vida, R\$ 55,2 bilhões de outros financiamentos habitacionais, além de outros R\$700 milhões de contrapartidas estaduais e municipais.

Em 2011, o PAC 2 aumentou em 22% o volume de pagamentos e manteve valores de empenho semelhantes, na comparação com o mesmo período de 2010, ano de melhor desempenho do programa. Em 2010, foram empenhados R\$23,3 bilhões e pagos R\$ 17,7 bilhões. Em 2011, foram empenhados R\$ 22 bilhões e pagos R\$ 21,6 bilhões.

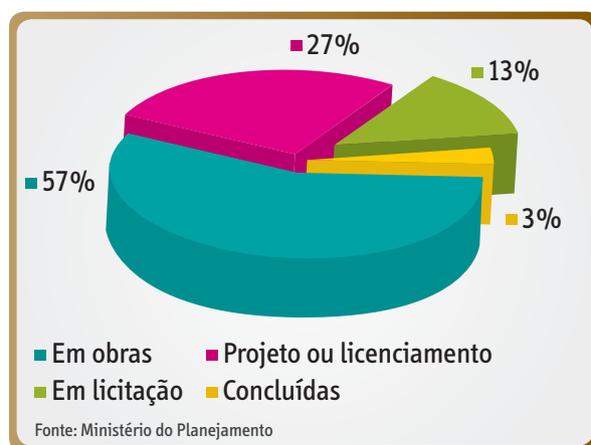
### EVOLUÇÃO DAS OBRAS (SET /2011)

Até 30 de setembro de 2011, considerando o **valor dos empreendimentos** dos eixos Transportes, Energia, Mobilidade Urbana, Luz Para Todos e Recursos Hídricos, 3% foram concluídos, 57% estão em obras, 13% em fase de licitação e 27% em projeto ou licenciamento.

As ações concluídas somam, até setembro de 2011, 11,3% do total previsto até 2014.

Dentre as obras concluídas, entre julho e setembro de 2011, destacam-se a Usina Hidrelétrica de Dardanelos (MT); a duplicação da BR-262, entre Betim e Nova Serrana (MG); a finalização da 1ª fase de

aprofundamento do Porto do Rio de Janeiro (RJ); o início da operação da Plataforma P-56 (RJ); a conclusão do trecho IV do Eixão das Águas (CE); quatro módulos operacionais de passageiros nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos (SP), Vitória (ES) e Goiânia (GO); 248 km de linha de transmissão de Chapadão (MS) a Ilha Solteira (SP); o Emisário Submarino de Salvador (BA); e a urbanização do Jardim São Francisco (SP).



### MAIS DE 300 MIL UNIDADES HABITACIONAIS CONTRATADAS NO MINHA CASA, MINHA VIDA 2

A segunda etapa do programa Minha Casa, Minha Vida contratou, até o fim de outubro, 317.311 moradias, sendo 7.191 na área rural e 310.120 na área urbana. Já foram entregues 118.085 unidades. Até 2014, a meta é chegar a dois milhões de unidades habitacionais contratadas, sendo 220 mil para municípios com até 50 mil habitantes e 60 mil para a área rural.

A primeira fase do programa (até 31 de dezembro de 2010) alcançou mais de um milhão de moradias contratadas, das quais 338.055 unidades já haviam sido entregues até o fim de outubro de 2011.

## R\$ 18 BILHÕES PARA MOBILIDADE URBANA

Um dos destaques da nova fase do PAC é o investimento na melhoria da infraestrutura de transporte público coletivo das grandes cidades e regiões metropolitanas: o PAC Mobilidade Grandes Cidades. Apesar de a responsabilidade da gestão sobre o transporte urbano ser dos municípios, o Governo Federal irá destinar R\$ 18 bilhões para atender às 24 maiores cidades do País. Serão apoiados projetos de metrô, corredores de ônibus exclusivos e de Veículos Leves sobre Pneus.

Já foram anunciados os investimentos que serão aportados em Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS). Até o final do ano, outras 20 cidades terão seus projetos de mobilidades selecionados.

### Projetos contemplados

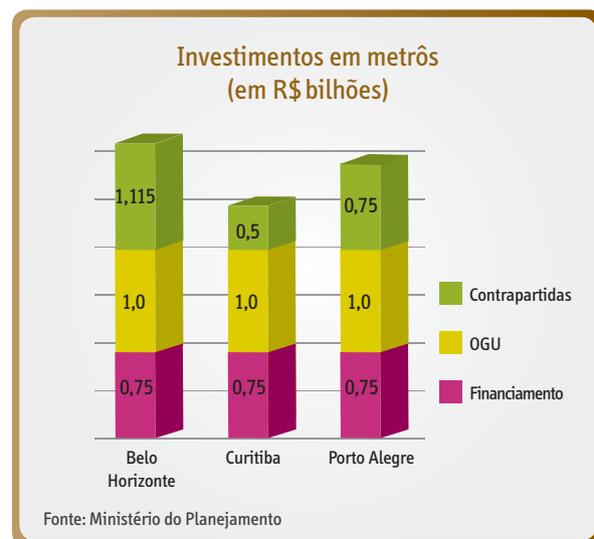
**Belo Horizonte (MG)** – A cidade receberá obras de metrô, terminais metropolitanos de integração de sistemas de transporte, além de corredores de ônibus do Complexo da Lagoinha. Serão investidos R\$ 2,865 bilhões no metrô, dos quais R\$ 1 bilhão são recursos do OGU, R\$ 750 milhões em financiamentos e R\$ 1,115 bilhão de contrapartida estadual e municipal. A Linha 1 do metrô será expandida e modernizada, com a construção das estações Novo Eldorado (em Contagem) e Calafate II (para conexão com linha 2) e a melhoria dos acessos nas estações em operação, chegando a 30 km de via dupla, 20 estações e 32 trens. Também serão cons-

truídas as Linhas 2 e 3. A Linha 2, trecho Barreiro-Calafate II, terá 10 km de via dupla, 5 estações e 7 trens. Já a Linha 3, trecho Savassi-Lagoinha, terá 4,5 km em via dupla, 5 estações e 5 trens.

A região metropolitana contará, também, com a construção de 11 terminais de integração de transporte, beneficiando sete municípios. O investimento total nesses terminais e no Complexo da Lagoinha será de R\$ 295 milhões.

**Curitiba (PR)** – Na capital paranaense, será apoiada a construção da primeira etapa da Linha Azul do metrô, o primeiro da cidade, ligando o extremo sul do município ao centro. Serão R\$ 2,25 bilhões, dos quais R\$ 1 bilhão são recursos do OGU, R\$ 750 milhões de financiamento e R\$ 500 milhões de contrapartida do estado e do município. Com uma extensão de 14,3 km, 13 estações substituirão o trajeto existente de *Bus Rapid Transit* (BRT).

**Porto Alegre (RS)** – A primeira etapa do metrô da capital gaúcha exigirá investimentos de R\$ 2,5 bilhões. Desse total, os recursos federais corresponderão a R\$ 1,75 bilhão, sendo R\$ 1 bilhão em recursos do OGU e até R\$ 750 milhões em finan-



ciamento a ser tomado pelo estado e pelo município. Nessa etapa, serão construídos 14,9 km e 13 estações – da FIERGS até Estação Rua da Praia.

Além disso, serão investidos R\$ 315 milhões em oito corredores metropolitanos, que beneficiarão oito cidades da região metropolitana.

### **Ampliação e construção de metrô aumentarão o acesso ao transporte público de qualidade**

Em **Belo Horizonte**, o metrô transportará quase um milhão de pessoas diariamente. Hoje, ele atende apenas 160 mil pessoas por dia.

O metrô de **Curitiba**, que substituirá o corredor de ônibus que sai da Cidade Industrial até o centro da cidade, transportará, na primeira fase, 460 mil passageiros por dia.

Em **Porto Alegre**, o metrô transportará, na primeira etapa, mais de 300 mil passageiros por dia.

## **OUTROS DESTAQUES**

### **Rodoanel de São Paulo**

Com o apoio financeiro do Governo Federal, o trecho norte do Rodoanel de São Paulo deverá ficar pronto até novembro de 2014. Esse trecho mobilizará investimentos de R\$ 6,11 bilhões, sendo R\$ 1,72 bilhão de recursos federais e R\$ 4,39 bilhões do governo estadual. Empréstimo do BID, de US\$ 1,15 bilhão, ao governo de São Paulo, foi aprovado em 8 de novembro de 2011. Com isso, as obras podem ser iniciadas.

### **Hidrovia Tietê-Paraná em São Paulo**

Em setembro foi oficializada a parceria entre governos federal e estadual para a modernização e ampliação da Hidrovia Tietê-Paraná, com a assinatura do protocolo de intenções que prevê investimento de R\$ 1,5 bilhão. São R\$ 900 milhões

de recursos federais, pelo PAC, e R\$ 600 milhões do Governo Estadual, que terá a responsabilidade pela execução da obra. As obras devem ser concluídas em 2014 e contemplarão cerca de 800 km do trecho paulista da Hidrovia. Ao todo, a Hidrovia terá 2,4 mil km navegáveis. O projeto contempla a ampliação de vãos de pontes, melhoria das eclusas e retificação e dragagem de canais.

Também foi lançada a pedra fundamental do Estaleiro Rio Tietê. Com investimento de R\$ 432,3 milhões para embarcações, o Estaleiro pretende construir 80 barcas e 20 empurradores, formando 20 comboios com capacidade de transporte de 7,6 milhões de litros cada. As primeiras embarcações devem ser entregues em 2012, iniciando sua operação em 2013, e, quando em plena operação, em 2015, os comboios devem realizar transportes de cargas equivalentes a 80 mil viagens de caminhão por ano.

## Porto Sem Papel: menos burocracia e mais agilidade nas operações portuárias

O Porto Sem Papel consiste no funcionamento de um Portal de Informações Portuárias que reúne, em um único banco de dados, as informações que possibilitam a gestão das estadias de embarcações nos portos marítimos brasileiros. Foi criado para aperfeiçoar o sistema portuário nacional e promover a integração dos diversos órgãos que participam das operações portuárias.

A legislação vigente para embarque ou desembarque de cargas nos portos exige que sejam geradas 935 informações para os diversos órgãos públicos, responsáveis pelas autorizações às operações portuárias. Até a implantação do Porto Sem Pa-

pel, toda a documentação necessária era impressa; com o novo sistema, a documentação passa a ser virtual. Isso propicia maior racionalização nos procedimentos. O novo sistema permite a integração dos dados de todos os órgãos envolvidos nas operações de atracação e desatracação dos navios: Autoridade Portuária, Receita Federal, Polícia Federal, ANVISA, Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO) e Marinha do Brasil. O sistema já está sendo utilizado nos portos de Santos e Rio de Janeiro desde agosto e em Vitória desde setembro, onde todas as atracções, operações portuárias e desatracções de embarcações só podem ser feitas a partir do Porto Sem Papel. Acesse: <http://www.portosempapel.gov.br>



## O Fórum de Infraestrutura

Seu objetivo é coordenar as ações necessárias à implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Composição: Ministério do Planejamento (coordenador), além dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura, da Integração, da Educação, do Meio Ambiente, da Justiça, das Comunicações, da Defesa, do Meio Ambiente, dos Transportes e da Saúde, além da Casa Civil, Secretaria Especial de Portos, Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria de Aviação Civil, AGU, CGU e órgãos federais encarregados da execução das ações do PAC.

# Fórum de Desenvolvimento Econômico

## Compromisso com a manutenção do crescimento

Medidas de regulamentação, modernização e estímulo à economia mantêm o País na rota de crescimento

### Consolidação dos débitos no parcelamento do REFIS da crise

O programa de parcelamento especial e pagamento à vista com reduções, o REFIS da crise, beneficiou milhares de pessoas físicas e jurídicas, permitindo a regularização de débitos tributários com redução de multas em até 90% e de juros em até 40%.

Com o término, em agosto, do prazo para consolidação de dívidas, 212 mil pessoas físicas e jurídicas foram beneficiadas com parcelamento. Ao todo foram negociados R\$ 174,04 bilhões de dívidas, sendo R\$ 994,73 milhões de pessoas físicas e R\$ 173,04 bilhões de pessoas jurídicas. A expectativa da Receita Federal é que a arrecadação mensal com o parcelamento corresponda a cerca de R\$ 1,2 bilhão.

### Portal Mais Emprego passa a funcionar em todo o Brasil

O Portal Mais Emprego, que visa apoiar o trabalhador em sua recolocação no mercado de trabalho, está funcionando em todas as unidades da federação desde setembro de 2011. O portal é um sistema que reúne, em um único banco de dados, as informações do Sistema Nacional de Emprego (SINE), das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, da Caixa Econômica Federal e das instituições de qualificação profissional que realizam intermediação de mão de obra.

No Portal <http://maisemprego.mte.gov.br>, o trabalhador pode se inscrever para vagas de emprego

em sua região, elaborar e imprimir seu currículo, obter informações sobre o seguro-desemprego e o abono salarial e ainda acompanhar seu processo de recolocação.

O empregador, por sua vez, poderá enviar requerimentos de seguro-desemprego relativos às demissões que efetuou, disponibilizar vagas de emprego, consultar currículos, acompanhar os processos de seleção das vagas oferecidas e enviar a declaração do CAGED.

Além desses benefícios, o Portal Mais Emprego permitiu também a redução das despesas operacionais do seguro desemprego.

Desde o início do processo de implantação, em 2010, o Portal atendeu aproximadamente 1,16 milhão de beneficiários.

### Bancos pagam ao INSS para atender aos aposentados, pensionistas e segurados

Desde julho, a partir de contrato celebrado entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e instituições bancárias, os bancos passaram a remunerar o INSS pela totalidade da folha de pagamento de aposentados, pensionistas e segurados. Com essa medida, a receita estimada para o INSS é de R\$ 86 milhões por ano.

Até 2007, o INSS pagava por esses serviços, resultando em uma despesa para os cofres da União de R\$ 265 milhões por ano. Em setembro daquele ano o INSS celebrou um acordo com as instituições fi-

nanceiras para que o pagamento fosse feito sem ônus para qualquer das partes, até que a folha de benefícios fosse licitada.

A partir de 2010, os bancos passaram a remunerar o INSS pelo pagamento de novos benefícios, garantindo aos segurados o recebimento sem atrasos e no local mais próximo da sua residência.

A partir de julho de 2011, os bancos passaram a fazer também a remuneração relativa aos benefícios existentes até dezembro de 2009 e ainda os casos de novos benefícios pagos nas localidades que só possuem uma agência pagadora.

Além de remunerar o INSS pela folha de pagamento, atualmente as instituições bancárias devem encaminhar anualmente aos beneficiários a Declaração de Rendimentos para Imposto de Renda, disponibilizar mensalmente nos terminais de

autoatendimento o Demonstrativo de Crédito de Benefícios, realizar anualmente a prova de vida, recadastrar senhas e atualizar endereços de todos os beneficiários.

### Regulação do mercado de derivativos é ampliada

O Governo adotou medidas para conter o ingresso de recursos especulativos do exterior e evitar a sobrevalorização da moeda brasileira, preservando a competitividade das empresas nacionais.

O Decreto nº 7.563/2011 estabeleceu a incidência de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em até 25% sobre operações de derivativos em moeda estrangeira, cujos valores líquidos de exposição – posição vendida excedente à comprada – forem superiores a US\$ 10 milhões. O imposto incide

## Medidas de Fomento à Indústria Nacional de Defesa

Em 29 de setembro, foram estabelecidas novas regras de incentivo à área estratégica de defesa e normas especiais para compras e contratações de produtos e de sistemas de defesa, ou para seu desenvolvimento (Medida Provisória nº 544/2011). Entre as principais medidas, destacam-se:

- Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID) – prevê a suspensão da exigência de PIS/Pasep, Cofins e IPI para aquisição ou importação dos insumos, materiais e serviços para as empresas habilitadas;
- Possibilidade de licitação destinada exclusivamente à compra ou contratação de produtos e serviços que utilizem insumos nacionais ou com inovação desenvolvida no País;
- Possibilidade de subcontratação visando à absorção de conhecimentos por parte de empresa nacional.

A iniciativa é um importante passo para viabilizar a Estratégia Nacional de Defesa e visa estimular a capacidade produtiva da indústria de defesa nacional, diminuindo a dependência das demandas atendidas no exterior. Outros objetivos são desenvolver e aplicar o conhecimento científico e tecnológico no País, ampliar a capacidade de escolha do País por tecnologias que atendam suas demandas de defesa nacional e qualificar a mão de obra nacional.

também sobre os contratos baseados em variação de taxas de juros associadas ao câmbio.

Outra providência para a regulamentação do mercado de derivativos é a obrigatoriedade de registro de todas as operações na BM&F (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro), Cetip S.A. (Balcão Organizado de Ativos e Derivativos) ou *clearing houses* (Câmara de Compensação), inclusive as realizadas no mercado de balcão, entre empresas privadas. Com a necessidade de registro, o Governo tem maior controle sobre o volume de derivativos negociados.

Outra medida implementada é a cobrança de 6% de IOF sobre as operações de financiamento em moeda estrangeira com duração superior a 2 anos e que sejam liquidadas em prazo inferior a 720 dias (MP nº 539/2011). A partir de agora, as operações pagas antes do prazo também serão tributadas.

### **Banda Larga a R\$ 35 em mais de 300 municípios**

Desde primeiro de outubro as concessionárias de telefonia fixa oferecem serviço de acesso à Internet em banda larga a até R\$ 35 em 344 municípios brasileiros. Até o final do ano, o serviço será oferecido nas mesmas condições em mais 200 municípios.

A oferta – que se refere a conexões de 1 Mbps (megabit por segundo) – faz parte de um termo de compromisso que as concessionárias assinaram, em junho último, com o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). O valor cobrado pelas concessionárias corresponde a cerca da metade da média dos preços praticados no mercado.

A lista dos municípios atendidos na primeira fase pode ser consultada em: <http://www.mc.gov.br>

### **Apoio ao setor agrícola:**

- Ampliação, a partir de agosto, do limite de crédito para os produtores de milho do Centro-Oeste. Além dos R\$ 650 mil previstos no Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012, os produtores terão um limite adicional de R\$ 650 mil. Esse benefício foi concedido em junho aos produtores das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.
- Elevação do prazo de carência das operações de investimento destinadas à aquisição de reprodutores e matrizes bovinas e bubalinas dos 18 meses previstos inicialmente no Plano Agrícola e Pecuário, para 24 meses. O objetivo da linha de financiamento é estimular a melhoria da qualidade genética do rebanho, a ampliação da atividade e o aumento da oferta para abate de animais de maior aceitação no mercado.
- Mais R\$ 1 bilhão para o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (ProcapAgro) na safra 2011/2012. Os recursos destinam-se ao financiamento do capital de giro das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. Esse valor se soma aos R\$ 2 bilhões disponibilizados inicialmente pelo Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 para o ProcapAgro.

## Nova Lei da TV por assinatura

Em setembro, foi sancionada a Lei 12.485, que regulamenta o mercado de TV por assinatura.

A nova lei unifica as regras de prestação do serviço, que deixa de ser regulamentado em função da tecnologia da distribuição (cabo, via satélite, micro-ondas). Desta forma, os processos para entrada de novos competidores no mercado se tornam mais rápido e desburocratizados.

Além disso, abre o mercado para empresas de telefonia e acaba com as restrições à atuação de empresas com capital estrangeiro no setor. A partir de agora, empresas de telecomunicações, de capital nacional ou estrangeiro, poderão entrar no mercado de TV por assinatura, possibilitando a criação de pacotes convergentes, incluindo TV, telefonia e acesso à internet.

Essas medidas possibilitam a ampliação dos investimentos e da concorrência no setor, aumentando a cobertura do serviço, que atualmente é restrito a cidades de maior porte. O aumento da competição levará à redução de preços, possibilitando que mais municípios e mais brasileiros tenham acesso aos serviços. Outro ponto importante é a instituição de cotas para veiculação de produção nacional e independente nos canais de TV por assinatura. A cota por canal obriga a veiculação de até 3h30min de programação nacional e regional por semana, um estímulo à indústria audiovisual e à valorização da cultura nacional.

## Marco Civil da Internet

O Marco Civil da Internet, como ficou conhecida a proposta legislativa que regulamenta o uso da internet no País, foi enviado à Câmara Federal (PL 2.126/2011) em agosto. O texto foi elaborado de for-

ma inovadora e distinta do processo legislativo tradicional, a partir de debates realizados na própria internet. A consulta à sociedade recebeu mais de 2 mil contribuições de cidadãos e de instituições.

O projeto de lei busca compatibilizar os avanços das novas tecnologias com o reconhecimento de direitos dos cidadãos, a definição clara das responsabilidades dos diversos intermediários na prestação de serviços relacionados à rede e a definição de premissas para as políticas públicas para a área.

O Marco Civil da Internet reitera princípios constitucionais como a liberdade de expressão e o direito à privacidade e à proteção dos dados pessoais; define com clareza os direitos e deveres de cada ator envolvido na internet – usuários, provedores de serviços, provedores de conexão e poder público, além de estabelecer a neutralidade da rede, o que significa evitar a censura ou restrição de acesso a conteúdos e garantir a igualdade de competição para os provedores de serviços.

### Fórum de Desenvolvimento Econômico

Objetiva garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego, agregação de valor à produção nacional e elevação da competitividade.

Coordenação: Ministério da Fazenda.

Integrantes: Casa Civil, Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Educação, da Previdência Social, da Pesca e Aquicultura, do Planejamento, do Turismo, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Banco Central, Banco do Brasil, Caixa e BNDES.

# Fórum Direitos e Cidadania

## Consolidar e ampliar direitos

Marcha das Margaridas, mutirões no Xingu, participação social na elaboração do PPA 2012/2015 e documentação para mulheres do campo fortalecem a cidadania

### A Marcha das Margaridas

Com o lema “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, a IV Marcha das Margaridas reuniu em Brasília cerca de 70 mil mulheres trabalhadoras rurais e da floresta.

Entre as reivindicações constantes da pauta da Marcha que foram acatadas, destacam-se a construção e instalação de 16 unidades de saúde

de fluviais; a criação de unidades de referência em saúde do trabalhador na área rural; a campanha nacional para redução do câncer de mama dirigida às mulheres do campo; a implantação de um plano de vigilância em saúde a

trabalhadores expostos a agrotóxicos; o aumento do limite de venda da agricultura familiar para fornecimento da merenda escolar; a inserção do projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável (Pais) no Plano Brasil Sem Miséria; a ampliação do crédito rural, com elevação da participação da mulher e linha exclusiva às trabalhadoras; a ampliação do acesso à creche e expansão da rede escolar na zona rural; a implantação de programa de documentação civil na Amazônia, com foco na mulher; entre outros.

**A ‘Marcha das Margaridas’ recebeu esse nome em homenagem à trabalhadora rural e líder sindical Margarida Alves, assassinada em 1983 na Paraíba por sua militância contra as injustiças no campo.**

### 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Na preparação para a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, mais de 200 mil mulheres se mobilizaram nas 537 conferências municipais e 149 conferências regionais, com representação de 2.149 municípios, incluindo as capitais.

Essa mobilização já apresentou resultados. Em cidades como Nova Andradina/MS, Volta Redonda/RJ, Oiapoque/AP, Rio Grande/RS, Joinville/SC, Marília/SP e Santa Rita/MA foi definida a criação de secretaria de políticas para mulheres. Em Boa Vista/RR, Várzea Paulista/SP, Cubatão/SP, Betim/MG, Natal/RN, Palmas/TO,

Londrina/PR, Belém/PA, Paço do Lumiar/MA, e Mauá/SP foram criados conselhos municipais de direitos da mulher.

As conferências estaduais contaram com a participação de cerca de 20 mil mulheres, eleitas durante as conferências municipais e regionais. Nos estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal foi aprovada a elaboração de planos de políticas para mulheres.

A etapa nacional será realizada em Brasília, de 12 a 14 de dezembro, com previsão de participação

ção de cerca de 2.800 delegadas eleitas nas conferências estaduais.

### **Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência**

Em 2011, foram agregados 54 equipamentos à Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Com isso, em outubro de 2011, existiam em todo o País 471 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher; 201 Centros de Referência de Atendimento à Mulher; 72 Casas Abrigo; 57 Defensorias Públicas da Mulher; 97 Juizados/Varas Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e 48 Promotorias Especializadas ou Núcleo de Gênero no Ministério Público.

No primeiro semestre de 2011, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – que atende e presta informação gratuitamente às mulheres em todo o País, registrou 293.708 atendimentos. Foram 30.702 relatos de violência – 18.906 foram de violência física; 7.205, de violência psicológica; 3.310, de violência moral; 513, de violência patrimonial; 589, de violência sexual; 153, de cárcere privado; e 26, de tráfico de mulheres.

### **Documentação para as mulheres do campo**

Até outubro de 2011 foram emitidos 47.948 documentos para 34.666 mulheres do campo. Os 104 mutirões realizados atenderam mulheres de 111 municípios com emissão de Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Registro Geral da Pesca e registro junto ao INSS.

Para atender quem vive em locais de difícil acesso, são utilizadas 22 unidades móveis. Na região amazônica, três barcos serão usados a partir de 2012.

### **Melhoria do acesso aos serviços de previdência favorece aposentados e idosos**

A rede de atendimento da Previdência está em expansão para facilitar o acesso da população aos serviços previdenciários, evitando o deslocamento até os grandes centros e oferecendo mais conforto aos aposentados, pensionistas e segurados. Em 2011, até outubro, 38 novos postos já foram inaugurados, 39 estão com obras concluídas e 178 estão em obras.

### **Operação Cidadania Xingu**

Durante 63 dias, entre agosto e outubro, foram realizados 12 mutirões da Operação Cidadania Xingu nos municípios de Altamira, Assurini, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, todos localizados na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Foram realizados mais de 175 mil atendimentos, sendo 103 mil atendimentos de saúde, 41,6 mil atendimentos de documentação e 30,5 mil atendimentos diversos de órgãos como Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento (SPU/MPOG).

A Operação Cidadania Xingu tem por objetivo o fortalecimento da presença e a contribuição integrada dos diversos órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municípios sob influência da UHE de Belo Monte.

### **Participação Social no PPA 2012/2015**

Em outubro foi realizado o 2º Fórum Interconselhos do PPA. O objetivo do encontro foi apresentar a proposta do PPA 2012/2015, encaminhada ao Congresso Nacional, destacando as contribuições incorporadas a partir das sugestões do 1º Fórum Interconselhos, ocorrido em maio de 2011.

As contribuições tiveram alto índice de aproveitamento, pois 77% foram incorporadas ao PPA, 20% parcialmente aceitas e apenas 3% não incluídas.

Também foi discutida proposta de monitoramento do PPA com a participação da sociedade civil.

### **Mais oportunidades no ensino superior para jovens que ingressaram por ações afirmativas**

Foram ampliadas as bolsas oferecidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic AF) em 2011. São 800 vagas oferecidas em 2011 (eram 600 no ano anterior). O Pibic AF é voltado para alunos que ingressaram nas universidades federais por meio de ações afirmativas com o objetivo de despertar a vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação. Ocorreu ampliação também na quantidade de instituições habilitadas a operar o programa, passando de 46 em 2010 para 74 em 2011.

Para saber mais, consulte:

[http://www.cnpq.br/programas/pibic\\_afirm/index.htm](http://www.cnpq.br/programas/pibic_afirm/index.htm)

### **Composição do Fórum de Direitos e Cidadania**

Com o objetivo de promover a articulação das ações voltadas para a garantia e expansão do exercício da cidadania e do desenvolvimento sustentável, o Fórum Direitos e Cidadania é coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República de forma compartilhada com as Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, todas da Presidência da República, e pelos Ministérios da Cultura e do Esporte. Compõem ainda o Fórum os Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, do Desenvolvimento Agrário, da Saúde, do Trabalho e Emprego, do Meio Ambiente, das Comunicações, da Pesca e Aquicultura e o IPEA.

Colaboram, ainda, seis empresas estatais (Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Petrobras, Eletrobras e Correios), além do Sistema S.

# Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade

## Câmara estuda e incentiva melhorias na administração pública federal

Copa do Mundo 2014, gestão aeroportuária, justiça e saúde já estão sendo acompanhadas

A Câmara realizou sete reuniões até outubro, avaliando a gestão das áreas prioritárias para sua atuação: o acompanhamento da Copa do Mundo, gestão aeroportuária, justiça e saúde.

### Preparativos para a Copa do Mundo 2014

A Câmara estudou as expectativas e os objetivos do governo, o modelo organizacional de gestão do evento e o balanço das obras e iniciativas. Os conselheiros estão monitorando a execução das obras e avaliando o cumprimento dos prazos previstos. Após reuniões com os órgãos federais sobre os preparativos para a Copa 2014, a Câmara sugeriu a apresentação de relatório de acompanhamento mensal das obras. Recomendou, ainda, que essas informações fossem publicadas no sítio do Ministério do Esporte, dando visibilidade à evolução das obras e ampliando o controle social das iniciativas. Com relação às intervenções nos aeroportos, foi recomendada a adoção de indicadores e pontos de controle para itens críticos de verificação nos planos em desenvolvimento de melhorias dos aeroportos.

### Gestão aeroportuária

Foi estabelecido o processo de acompanhamento dos resultados das ações propostas pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). O acompanhamento se dá por informes e apresentações dos gestores nas reuniões ordinárias da Câmara. Entre

essas ações, destacam-se as obras de ampliação e melhoria dos aeroportos e a modelagem de concessão para Guarulhos, Viracopos e Brasília.

### Justiça

Os temas priorizados para acompanhamento pela Câmara foram a redução do déficit carcerário, o aumento da capacidade de julgamento dos processos de anistia política, o aprimoramento da gestão de recursos logísticos e a gestão racional de processos na Política Nacional de Segurança Pública. Um mapa estratégico está sendo construído para sistematizar as ações do Ministério da Justiça, suas relações com outros órgãos, metas e recursos.

### Saúde

Quatro eixos estão sendo priorizados pela Câmara para acompanhamento: acesso e qualidade do atendimento, aprimoramento do SUS, combate ao desperdício de recursos (controle e transparência) e eficiência na execução direta. As ações em implementação pelo Ministério da Saúde em melhorias da gestão serão reforçadas e ampliadas com o apoio da Câmara. Uma das ações discutidas na Câmara foi a revisão do processo de aquisição de insumos estratégicos, priorizando o pregão eletrônico. Foram identificadas oportunidades de reduzir cerca de 20% nos gastos nessa modalidade.

A proposta de criação de um índice de qualidade para postos e unidades básicas de saúde também foi analisada na Câmara.



## **Destiques**

# Saúde

## Serviços de saúde e medicamentos com mais qualidade

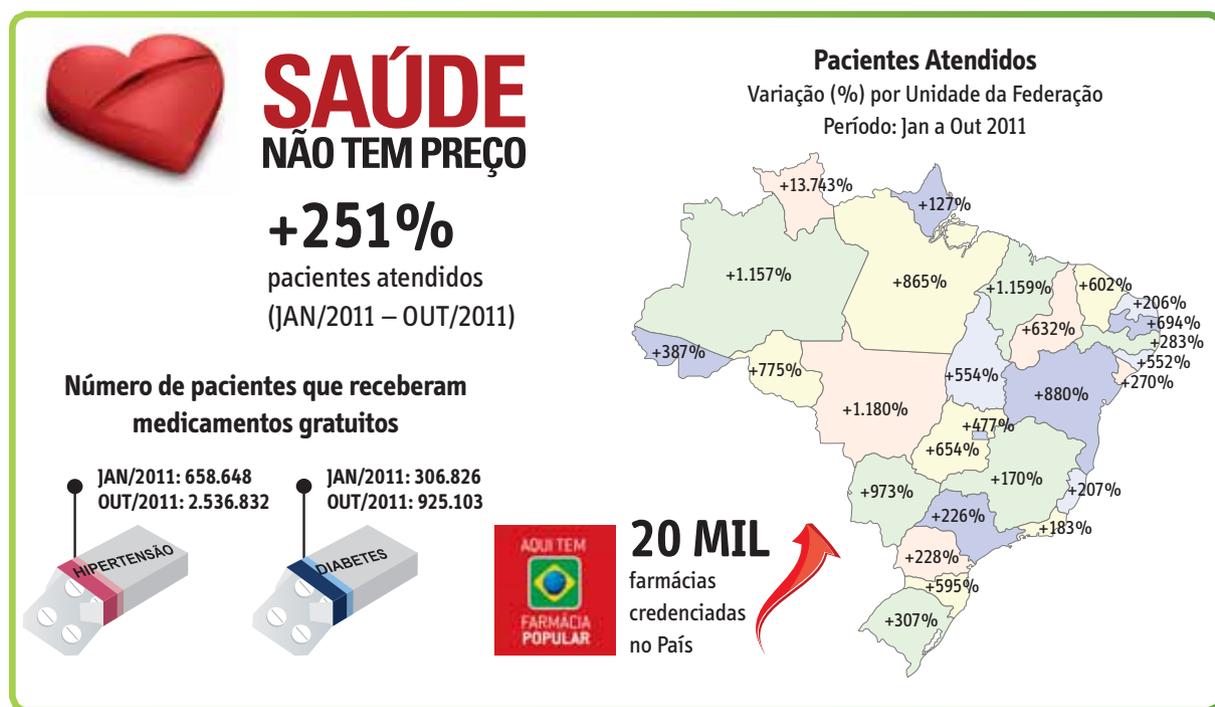
Novos programas para enfrentar as demandas, ampliar o alcance e melhorar a qualidade do atendimento para os brasileiros que utilizam o SUS

### SAÚDE NÃO TEM PREÇO

#### Tripluca acesso a medicamentos gratuitos para hipertensão e diabetes

O programa ampliou em 285% e 202% o número de pessoas que tiveram acesso gratuito a 11 me-

dicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes, respectivamente. Nesse período, as 20,1 mil farmácias e drogarias do programa Farmácia Popular atenderam 8,4 milhões de brasileiros, sendo cerca de 6,5 milhões beneficiadas com medicamentos para hipertensão ou diabetes.



### REDE CEGONHA

#### Novos leitos de UTI Neonatal e ampliação dos recursos para custeio dos serviços

Nove estados aderiram e 727 municípios estão incluídos na estratégia Rede Cegonha, cobrindo cerca de 600 mil gestantes atendidas pelo SUS.

Em 2011 já foram habilitados 285 novos leitos de UTI Neonatal, com um impacto financeiro anual de R\$ 38,8 milhões.

O teto financeiro dos estados e municípios para implementação das redes de atenção à saúde foi ampliado em R\$ 434 milhões, incluindo expansão de leitos em maternidades.

## PLANO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DOS CÂNCERES DO COLO DE ÚTERO E DE MAMA

No primeiro semestre de 2011 foram realizados mais de 5,6 milhões de exames Papanicolau ou preventivo contra o câncer de colo de útero. Para o público prioritário (mulheres entre 25 e 64 anos), foram realizados 4,3 milhões de exames, o que corresponde a 71% da meta para 2011.

No mesmo período, foram realizadas mais de 1,6 milhão de mamografias de rastreamento para a detecção de câncer de mama, o que corresponde a 43% da meta para este ano. Até 2014, serão investidos R\$ 4,5 bilhões em ações de fortalecimento da rede de oncologia, com foco no tratamento dos cânceres de mama e do colo do útero.

## Rede de desenvolvimento e inovação em remédios contra o câncer

Instituída pelo Ministério da Saúde em outubro, a Rede Nacional de Desenvolvimento e Inovação de Fármacos Anticâncer estimula a produção nacional de tecnologias terapêuticas inovadoras contra a doença, diminuindo a dependência do mercado externo e elevando a competitividade da indústria farmacêutica brasileira.

Além dos programas de capacitação de recursos humanos voltados para oncologia, é prioridade da rede o desenvolvimento de medicamentos anticâncer, com monitoramento da proteção intelectual dos resultados e a transferência de tecnologias de outros países.

Inicialmente serão investidos, pelo BNDES e Ministério da Saúde, R\$ 7,5 milhões na rede, admi-

nistrada pelo Instituto Nacional de Câncer e composta por grupos de pesquisa e desenvolvimento da Fundação Oswaldo Cruz, Laboratório Nacional de Biociências e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Em setembro foi fechada uma parceria com Cuba para cooperação tecnológica na produção de sete inovadores medicamentos oncológicos visando a possível incorporação no SUS.

## MELHOR EM CASA – Serviço de Atenção Domiciliar do SUS

Lançado em 8 de novembro, o Programa Melhor em Casa amplia a assistência aos usuários do SUS, oferecendo aos pacientes condições de concluir o tratamento em seu domicílio.

Serão atendidos pacientes idosos, com necessidade de reabilitação motora, crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. Estão excluídos aqueles que necessitam de ventilação mecânica, assistência contínua de enfermagem ou tratamento cirúrgico.

O Melhor em Casa é substitutivo ou complementar à internação hospitalar e ao atendimento ambulatorial, com foco na assistência humanizada e integrado às redes de atenção disponíveis na rede pública de saúde. Além de contribuir para a redução do período de permanência de pacientes internados, evita hospitalizações desnecessárias, proporciona maior autonomia aos pacientes e contribui para o descongestionamento dos hospitais, liberando mais leitos para outros usuários do SUS.

Até 2014, serão implantadas 1.000 equipes de atenção domiciliar e cerca de 400 equipes de apoio.

## SOS EMERGÊNCIAS

### Melhorar a gestão e a qualidade da atenção em urgências e emergências

Ação desenvolvida em parceria pelos governos Federal, estaduais e municipais, para melhorar a gestão e a qualidade da atenção prestada por hospitais de grande relevância na atenção às urgências e emergências. Inicialmente, serão instalados Núcleos de Acesso e Qualidade nas portas de entrada de 11 hospitais: Hospital João XXIII (Belo Horizonte); Hospital de Base (Brasília); Instituto Dr. José Frota (Fortaleza); Hospital de Urgências de Goiânia; Grupo Hospitalar Conceição (Porto Alegre); Hospital da Restauração (Recife); Hospital Roberto Santos (Salvador); Santa Casa de São Paulo e Hospital Santa Marcelina (São Paulo); Hospital Miguel Couto e Hospital Albert Schweitzer (Rio de Janeiro). Esses hospitais contarão com apoio das redes de assistência do SUS e de hospitais de excelência para desenvolver e implantar ações de formação e organização de processos de atenção à saúde. A meta até 2014 é ampliar essa ação para 40 hospitais.

Os hospitais deverão elaborar propostas de até R\$ 3 milhões para qualificação do atendimento. Além disso, contarão com recursos adicionais para custeio mensal de R\$ 100 mil a R\$ 300 mil a depender do tipo do hospital. Também poderão solicitar recursos para implantação de leitos clínicos, de longa permanência, unidades de terapia intensiva, coronarianas e de atenção ao acidente vascular cerebral e para custeio de medicação trombolítica, destinada a dissolver coágulos de sangue nas artérias coronárias.

## UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS

### Novas UBS atendem áreas prioritárias e os municípios do Brasil Sem Miséria

A nova Política Nacional de Fortalecimento da Atenção Básica prevê a liberação de R\$ 565 milhões para construção de 2.122 novas unidades básicas de saúde pelos municípios, com o objetivo de melhorar o padrão de qualidade da assistência oferecida pelo SUS. Já foram empenhados R\$ 526 milhões e repassada a primeira parcela para o início da construção de 1.922 unidades básicas de saúde, todas em áreas prioritárias do Brasil Sem Miséria.

### Recursos para reforma e ampliação

Em 2011, já foram destinados mais de R\$ 500 milhões para reforma de mais de 4 mil unidades básicas de saúde. Está previsto investimento de R\$ 1,93 bilhão até 2014. Os municípios localizados em regiões de extrema pobreza, ou com baixo nível de renda por pessoa, terão prioridade.

Atualmente existem cerca de 38 mil UBS em funcionamento no País. Nelas são realizadas consultas, curativos, vacinas, exames laboratoriais, tratamento odontológico e medicação básica.

### INCENTIVOS PARA MÉDICOS

#### TRABALHAREM NA ATENÇÃO BÁSICA

Os médicos poderão abater dívida do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) trabalhando em equipes do programa Saúde da Família, em regiões com carência e dificuldade de retenção de médicos. A cada mês trabalhado haverá redução de 1% da dívida, com início um ano após o ingresso

no serviço, o que permite quitar o débito total em 8 anos e 4 meses. E os recém-formados que optarem por fazer residência médica em uma das especialidades médicas ou área de atuação prioritária para o SUS terão extensão do prazo de carência do financiamento por todo o período de duração da residência médica.

### **Especialidades médicas e áreas de atuação prioritárias**

#### **As 19 especialidades médicas prioritárias**

**são:** anestesiologia, cancerologia, cancerologia cirúrgica, cancerologia clínica, cancerologia pediátrica, cirurgia geral, clínica médica, geriatria, ginecologia e obstetrícia, medicina de família e comunidade, medicina intensiva, medicina preventiva e social, neurocirurgia, neurologia, ortopedia e traumatologia, patologia, pediatria, psiquiatria e radioterapia.

**As quatro áreas de atuação prioritárias para o Programa Saúde da Família são:** cirurgia do trauma, medicina de urgência, neonatologia e psiquiatria da infância e da adolescência.

### **Pontuação no exame de residência médica**

O Programa de Valorização dos Profissionais na Atenção Básica vai conceder até 20% de pontuação adicional na nota final das provas de residência aos egressos do curso de medicina que optarem por atuar nos municípios de extrema pobreza e em periferias das grandes metrópoles. Pelo Programa, serão abertas duas mil vagas, que poderão ser preenchidas a partir de fevereiro de 2012. A bonificação poderá ser utilizada nos exames que serão realizados em novembro de 2012.

## **PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA**

### **Equipes da atenção básica terão de atender padrões de acesso e qualidade**

A primeira fase do programa, lançado em julho de 2011, teve a adesão de 4.052 municípios e 17.669 equipes da atenção básica. Essas equipes terão 47 indicadores de saúde monitorados pelo sistema de informação da atenção básica e os municípios passam a receber um aumento de repasse médio mensal de R\$ 1.630 por equipe para se adequarem a padrões de acesso e qualidade. Um dos critérios da certificação será a satisfação do usuário, além da verificação de padrões de qualidade do pré-natal, acompanhamento da saúde das crianças e de pessoas com situações crônicas, acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família, redução do tempo de espera por consulta, entre outros.

### **MELHORIA DO CONTROLE E DA GESTÃO**

O Governo economizou este ano, até outubro, mais de R\$ 1 bilhão na compra de medicamentos e insumos, com adoção de ferramentas como a utilização de banco de preços internacionais, negociação direta com os fabricantes, centralização da compra de alguns produtos e atendimento a recomendações de órgãos de controle. Para aprimorar a gestão, foram adotadas novas regras nas informações prestadas por profissionais, gestores e unidades de saúde ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) evitando irregularidades, impedindo a duplicidade de cadastro de profissionais e o descumprimento de carga horária semanal. Até novembro, foram suspensos 20.541 agentes comunitários de saúde, 2.843 equipes de Saúde da Família e 2.491 equipes de saúde bucal, em 3.236 municípios.

# Educação

## Ações para uma educação de qualidade da creche à pós-graduação

Nova etapa da expansão da rede de ensino superior e tecnológico ampliará a oferta e as oportunidades em todo o Brasil

### EXPANSÃO DA REDE DE ENSINO SUPERIOR E TECNOLÓGICO

Lançada em 16 de agosto deste ano, a terceira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino Superior e Tecnológica prevê a criação, até 2014, de mais 208 unidades de educação profissional e tecnológica e quatro novas universidades federais, além de 47 câmpus universitários.

A distribuição das novas unidades no território foi orientada pelos propósitos de aumentar a oferta pública de educação profissional e superior no interior do País e estimular a fixação de profissionais qualificados nessa região, contribuindo para diminuir as desigualdades e estimular o desenvolvimento regional.

Ao final da expansão, 515 municípios estarão contemplados com unidades de educação profissional e tecnológica e 275 municípios estarão atendidos por câmpus universitários.

Para a escolha dos locais onde serão instaladas as novas unidades foram priorizados municípios com alto percentual de extrema pobreza, mesorregiões não contempladas em fases anteriores de expansão e áreas do entorno de grandes investimentos industriais e de infraestrutura.

Foram escolhidos 83 dos 103 municípios com mais de 80 mil habitantes e renda *per capita* inferior a R\$ 1 mil, cuja capacidade de investi-

mento é baixa. Ademais, 115 dos 120 Territórios da Cidadania receberão um instituto ou campus de universidades.

### Expansão dos institutos federais

A expansão do ensino técnico beneficiará os 27 estados e envolverá um investimento total de R\$ 1,8 bilhão.

Atualmente, 61 unidades estão em obras e a previsão é inaugurar 88 unidades em 25 estados até 2012. Ao final de 2014, o País passará a contar com 562 unidades que poderão oferecer 600 mil matrículas.

### Expansão das universidades

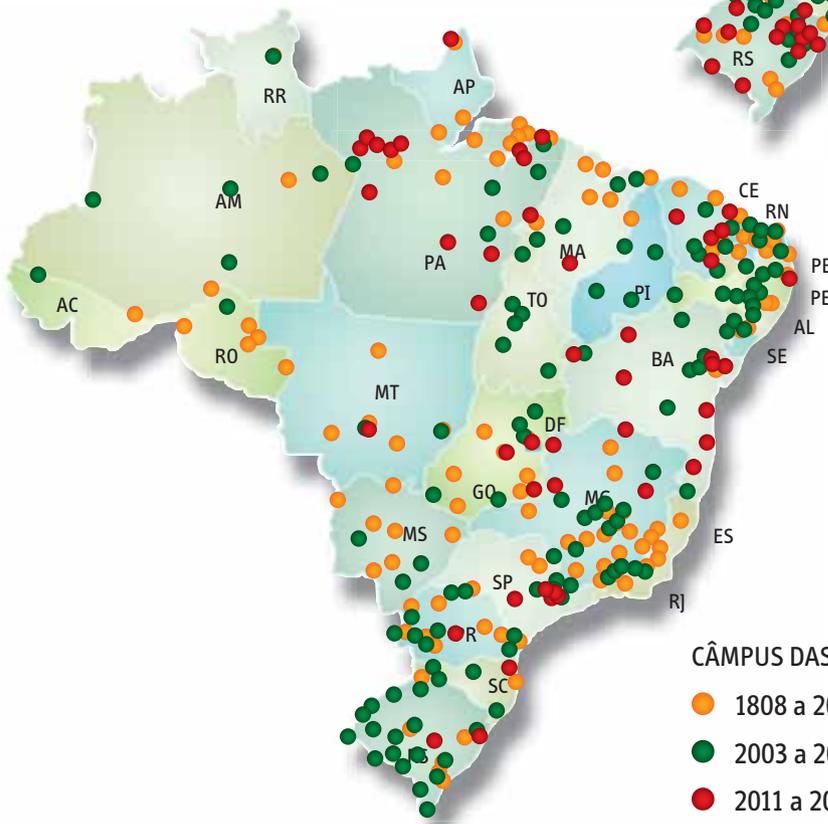
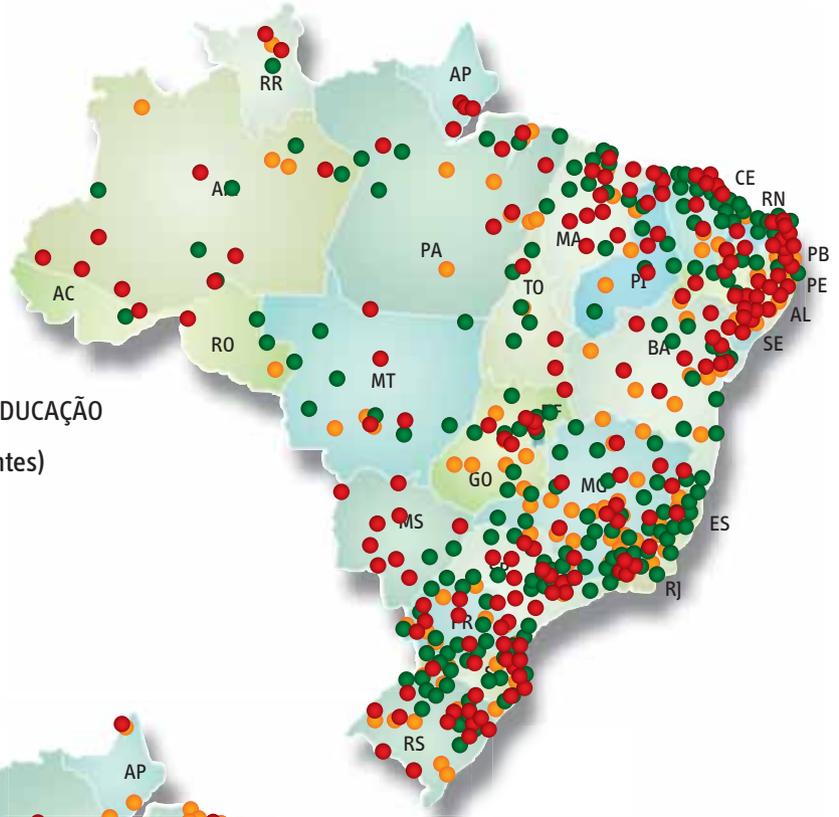
As novas unidades de ensino superior oferecerão 250 mil vagas de ingresso nas universidades federais. As novas universidades terão sedes no Pará, no município de Marabá, na Bahia, nos municípios de Barreiras e Itabuna, e no Ceará, no município de Juazeiro do Norte. Os novos 47 câmpus contemplarão todas as regiões do País.

O valor total do investimento será de R\$ 1,9 bilhão. Até 2012, novos 20 câmpus já devem ser inaugurados, beneficiando 8 estados. A meta é chegar, em 2014, com 63 universidades e 321 câmpus possibilitando a oferta total de 1,2 milhão de matrículas no ensino universitário federal.

## Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Superior

### INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

- 1909 a 2002 (preexistentes)
- 2003 a 2010 (criados)
- 2011 a 2014 (previstos)



### CÂMPUS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

- 1808 a 2002 (preexistentes)
- 2003 a 2010 (criados)
- 2011 a 2014 (previstos)

## CRECHES: ATENÇÃO E EDUCAÇÃO PARA OS FILHOS, TRANQUILIDADE PARA OS PAIS

Até o final de 2014 o País terá 6.427 novas creches e pré-escolas para atender crianças de 0 a 5 anos. O Governo Federal investirá R\$ 7,6 bilhões para que as instituições atendam até 1,4 milhão de crianças. As novas unidades de educação infantil contribuirão para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), de atender 100% das crianças de 4 e 5 anos até 2016 e 50% das crianças até 3 anos até 2020. Com base no déficit de atendimento hoje existente, o Governo Federal distribuiu as novas unidades de creches e pré-escolas por município. Um total de 2.249 municípios poderão ser contemplados com recursos para construção de creches,

aquisição de equipamentos e mobiliário. Além disso, o Governo Federal oferecerá dois projetos arquitetônicos caso o município não disponha de projeto. O município deverá oferecer o terreno para a construção e, caso utilize projeto arquitetônico próprio, deverá priorizar a acessibilidade, para permitir o pleno atendimento de crianças com deficiência. As unidades serão custeadas pelo Governo Federal até que as matrículas sejam contadas no Censo Escolar e sejam remuneradas pelo FUNDEB. O maior beneficiado nesta expansão será o Nordeste, com 2.118 novas creches previstas para a região. O mapa da distribuição das novas creches e pré-escolas está disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacaoinfantil/>

### Expansão de Creches e Pré-escolas (2011-2014)

Região	Conveniadas (pré-PAC 2)	Creches e pré-escolas no PAC 2			Creches e pré-escolas financiadas pelo Governo Federal até dez/2014
		Aprovadas	Previstas	Total	
Centro-Oeste	285	147	425	572	857
Nordeste	648	470	1.648	2.118	2.766
Norte	230	111	989	1.100	1.330
Sudeste	692	470	1.407	1.877	2.569
Sul	673	286	474	760	1.433
Total	2.528	1.484	4.943	6.427	8.955

## QUADRAS ESCOLARES: ESPAÇO PARA ATIVIDADES SAUDÁVEIS PARA ALUNOS E COMUNIDADE

O Governo Federal também está investindo na construção de novas quadras poliesportivas e cobertura de quadras já existentes.

Até 2014 serão 6.116 novas quadras, 2.644 para escolas da rede estadual e 3.472 para as da rede municipal. Outras 4.000 quadras serão cobertas. O investimento total previsto é de R\$ 4,1 bilhões.

Para 2011 foi aprovada a construção de 750 quadras em escolas municipais de todo o Brasil. A distribuição das demais quadras a serem construídas ou cobertas já foi realizada, focando no atendimento às escolas que ainda não possuem quadras e tenham 500 ou mais alunos declarados no Censo Escolar 2010.

Acesse o mapa da distribuição das quadras esportivas em: <http://portal.mec.gov.br/educacaoinfantil/>

## Expansão das Quadras (2011-2014)

Região	Escolas sem quadras*	Escola com quadra descoberta**	PAC 2	
			Construção de novas quadras	Cobertura de quadras existentes
Centro-Oeste	630	1.063	414	355
Nordeste	4.070	2.961	2.679	1.165
Norte	1.241	1.023	839	436
Sudeste	2.708	4.821	1.903	1.500
Sul	453	2.121	281	544
<b>Total</b>	<b>9.102</b>	<b>11.989</b>	<b>6.116</b>	<b>4.000</b>

\* Dados do Educacenso 2010    \*\* Dados do Educacenso 2006

### PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO – PRONATEC

Foi sancionada, em 26 de outubro, a Lei nº 12.513/2011 que cria o Pronatec e define suas diretrizes.

Das 8 milhões de oportunidades oferecidas para formação profissional e capacitação, 5,6 milhões de vagas serão destinadas a cursos de curta duração, para qualificação profissional de trabalhadores e 2,4 milhões a cursos técnicos para os estudantes do Ensino Médio, com duração de, pelo menos, um ano.

Terão prioridade no acesso ao Pronatec estudantes do ensino médio da rede pública, beneficiários do Bolsa Família, agricultores e descendentes indígenas. Estão reservadas, ainda, 1 milhão de vagas para os beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria.

Será garantida destinação de 30% dos recursos para ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica nas regiões Norte e Nordeste e de 5% das vagas do Bolsa Formação para pessoas com deficiência.

O Pronatec financiará cursos técnicos em escolas privadas de educação profissional por meio do

Fies, como faz hoje com o ensino superior. Além disso, os investimentos das empresas em educação profissional não serão mais tributados.

### ENEM: ESTÍMULO À MELHORIA DO ENSINO MÉDIO NO PAÍS E À AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Em 2011, houve recorde de inscritos no Enem – 5,37 milhões, dos quais 3,9 milhões realizaram as provas, que foram aplicadas em 1.602 cidades, mobilizando milhares de profissionais.

O Enem é um exame realizado em todo o Brasil para avaliar os conhecimentos dos alunos que estão concluindo, ou que já concluíram o ensino médio.

A pontuação obtida no Enem é hoje também critério de seleção para:

- o benefício do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).
- o Programa Universidade para Todos (PROUNI).
- o Sisu – Sistema de Seleção Unificado, que dá acesso às faculdades e institutos profissionais de educação sem necessidade de prestar vestibular.
- o programa Ciência Sem Fronteiras.

## SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADO (SISU)

Desde 2010, diversas instituições do País selecionam novos estudantes exclusivamente pela nota obtida no Enem.

No primeiro semestre de 2011, as 83 instituições que aderiram ao Sisu abriram 83,1 mil vagas a estudantes que fizeram o Enem em 2010. As vagas foram ofertadas por universidades federais e estaduais, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do IBGE, também federal. Foram realizadas mais de 1 milhão de inscrições. No segundo semes-

tre de 2011, 48 instituições ofereceram 26,3 mil vagas e foram realizadas mais de 800 mil inscrições.

## PROUNI: PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Desde a sua criação, em 2005, até o mês de novembro de 2011, foram concedidas 919 mil bolsas do PROUNI a alunos de todo o País.

O Censo da Educação de 2010 indicou que o índice de evasão escolar de alunos beneficiários do PROUNI é cerca de 4%, inferior ao dos demais alunos do ensino superior (15,6%).

### Dados preliminares do Censo 2010 da Educação Superior revelam o aumento do acesso aos cursos de graduação

O Brasil tem 6,5 milhões de universitários, sendo 6,3 milhões em cursos de graduação e 173 mil na pós-graduação. Em 2010, as matrículas cresceram 7,1% em relação a 2009.

O número de estudantes que concluíram cursos de graduação quase triplicou entre 2001 e 2010. Em 2001, 390 mil pessoas concluíram a graduação; em 2010 foram 973,8 mil.

Esta ampliação deve-se em parte às políticas públicas de incentivo ao acesso e à permanência na educação superior, como o aumento do financiamento aos alunos por meio do Fies e acesso gratuito a universidades privadas por meio do Prouni, além do crescimento da oferta de vagas na rede federal, via abertura de novos câmpus e novas instituições de Ensino Superior, bem como a interiorização de universidades já existentes.

## CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Atualmente, já existem 330 instituições de excelência no exterior selecionadas para receber os alunos do Programa Ciência Sem Fronteiras.

Foi realizada chamada para concessão de bolsas para graduação sanduíche nos Estados Unidos, cujo resultado será divulgado em dezembro. Foram 7 mil inscritos nesta primeira chamada.

Haverá, ainda em 2011, chamada seletiva para a Alemanha, Reino Unido e França.

Foram concedidas 876 bolsas no período de junho a outubro de 2011 nos programas que a CAPES e o CNPq já mantêm no exterior, contabilizando apenas as concessões nas áreas prioritárias do programa. Os números para cada modalidade foram: 465 de graduação sanduíche, 252 de doutorado sanduíche, 116 de estágio pós-doutoral, 22 de doutorado e 21 de estágio sênior.

# Segurança

## Integração e inteligência garantem mais segurança

Ações integradas de órgãos de segurança pública com as Forças Armadas e Campanha do Desarmamento apresentam resultados

### PLANO ESTRATÉGICO DE FRONTEIRAS

#### Operação Ágata

É caracterizada por ações pontuais, temporárias e de impacto para combater o crime organizado, delitos ambientais, entre outros ilícitos na faixa de fronteira brasileira. Já foram realizadas duas operações.

A Operação Ágata 1 ocorreu em agosto na Amazônia, na região do município de São Gabriel da Cachoeira, e mobilizou 2.874 militares e 864 agentes de outros órgãos governamentais. Trinta e cinco aeronaves foram utilizadas na operação, incluindo helicópteros de ataque, caças da Força Aérea Brasileira e uma aeronave remotamente pilotada, o VANT. Entre seus resultados destacam-se a destruição de três pistas de pouso clandestinas, a desativação de um garimpo ilegal em terras indígenas e a fiscalização e autuação de madeiras ilegais. Foram revistados 4.770 pedestres, 3.299 carros e motos e apreendidas 608 toras de madeira extraídas ilegalmente. Também foram realizadas ações sociais na fronteira do Brasil com a Colômbia: 7.764 procedimentos assistenciais, 419 atendimentos odontológicos, 2.086 atendimentos médicos e 57 mamografias.

A Operação Ágata 2 ocorreu em setembro, na fronteira do Brasil com o Paraguai, Argentina e Uruguai. Mobilizou 8.011 militares, além de mais 694 pessoas pertencentes a outros órgãos de segu-

rança pública federal e estadual, Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Receita Federal, entre outros. A operação resultou na apreensão de 650 kg de explosivos, além de armas, munições e drogas. Foram realizados também 4.531 procedimentos assistenciais, 1.463 atendimentos odontológicos e 2.574 atendimentos médicos.

#### Operação Sentinela

Com ações centradas no trabalho de investigação e inteligência e na atuação conjunta de órgãos federais de segurança (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional), a Operação Sentinela já acumula, como principal resultado, a apreensão de 104,6 toneladas de drogas nas fronteiras brasileiras entre 8 de junho e 13 de novembro, valor treze vezes superior ao volume apreendido nos cinco meses anteriores ao lançamento da nova estratégia (7,85 toneladas). Com caráter ostensivo permanente, a operação também apreendeu, nesse mesmo período, 457 armas e 74 mil munições, R\$ 2,43 milhões em dinheiro, além de efetuar 3,6 mil prisões e vistoriar 1,2 milhão de veículos. As operações conduzidas pelos órgãos de segurança também impediram que 4,1 milhões de pacotes de cigarros, 64 mil garrafas de bebidas e 437 mil unidades de remédios escapassem do controle sanitário brasileiro e causassem, possivelmente, danos à saúde pública.

## VANT

Três veículos aéreos não tripulados (VANTs) começam a monitorar em novembro, ininterruptamente, a tríplice fronteira entre o Brasil, Paraguai e Argentina. O VANT é uma ferramenta de inteligência utilizada no combate ao crime organizado e ao tráfico de armas e drogas. A Polícia Federal é a primeira força policial do mundo a adotar o equipamento, antes restrito às Forças Militares.

A aeronave, controlada de forma remota, é capaz de voar 37 horas ininterruptas, cobrindo uma área de mais de mil quilômetros quadrados.

O equipamento também será utilizado para apoiar ações de segurança na Copa do Mundo FIFA 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

## PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO SISTEMA PRISIONAL

Começou a implantação do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, para apoiar os estados na redução do déficit de vagas e no aperfeiçoamento do sistema prisional. Serão dois eixos estratégicos de atuação: apoio à construção e ampliação de unidades prisionais; e pacto entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo e Ministério Público para o aperfeiçoamento da execução penal.

O primeiro eixo tem duas metas principais: zerar o déficit de vagas femininas em estabelecimentos penais, hoje estimado em 17 mil vagas, e transferir presos provisórios detidos em delegacias, que hoje somam 52 mil, para cadeias públicas.

Além de garantir custódia adequada a presos provisórios e mulheres condenadas, essas ações permitirão que policiais, hoje responsáveis pela carceragem em delegacias, possam voltar ao trabalho de combate à criminalidade nas ruas.

O Governo Federal destinará recursos para a construção e ampliação de unidades prisionais – cerca de R\$ 1,1 bilhão para financiamento até 2013 – por meio do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Os estados deverão oferecer contrapartidas, como estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a União entrará com valores fixos: R\$ 11.250 por vaga criada em ampliação e R\$ 30.000 por vaga criada em construções. Para otimizar a implementação do programa será ofertado um banco de projetos arquitetônicos de unidades prisionais. Os recursos serão distribuídos segundo os critérios de déficit de vagas das unidades da federação, unidades femininas e gravidade da situação. Será priorizada a ampliação de estabelecimentos já existentes, o que dispensa a busca por novos terrenos, diminui os custos e acelera a abertura de novas vagas. Os Estados devem apresentar os projetos entre 28 de novembro e 23 de dezembro de 2011.

No âmbito das ações de fortalecimento institucional, será firmado um pacto entre os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público pela melhoria do sistema prisional, que visará:

- reduzir prazos processuais;
- estimular a adoção de penas e medidas alternativas;
- assegurar condições dignas aos detentos;
- fortalecer as políticas de promoção dos direitos fundamentais;
- promover a reintegração social;
- integrar bancos de dados e informações;
- modernizar e profissionalizar a gestão penitenciária;
- adotar novas tecnologias.

Um exemplo de ação que busca tornar o sistema prisional mais eficiente são as novas opções que os juízes têm para afastar ameaças à condução

do processo, tais como o monitoramento eletrônico do acusado, a suspensão do exercício de sua função pública e o aumento do valor da fiança, o que faz com que a prisão preventiva seja decretada como última alternativa. Essas opções entraram em vigor em junho último, com a sanção da Lei nº 12.403, que altera dispositivos do Código de Processo Penal.

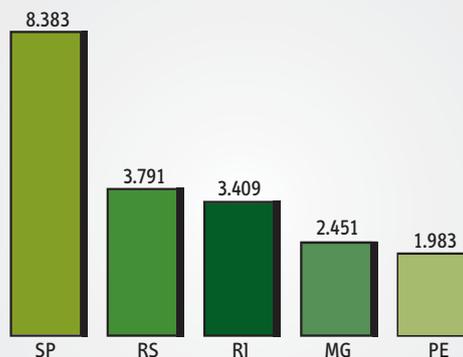
## CAMPANHA DO DESARMAMENTO

Desde o lançamento, em 6 de maio, até a primeira quinzena de novembro, foram recolhidas 30,8 mil armas na Campanha Nacional do Desarmamento 2011. Metade dos armamentos (15.443) são revólveres e 5,7 mil são armas de grande porte, aquelas que não permitem uso de forma dissimulada, como carabinas, rifles, fuzis, escopetas e metralhadoras, entre outros tipos.

A adesão de 24 unidades da federação permitiu ampliar os postos de coleta de armas: são 1.856 espalhados pelo País. Em campanhas anteriores, a coleta ficava praticamente restrita às unidades da Polícia Federal.

No âmbito da Campanha, foi formalizado, em outubro, acordo entre os poderes Executivo e Judiciário que permitirá a destruição de armas que hoje se encontram em fóruns e tribunais de todo o País.

Campanha do Desarmamento 2011 – Armas Recolhidas – Unidades da Federação com melhores resultados



Fonte: MJ

Estima-se que existam mais de 700 mil armas nessa situação, incluindo armas brancas.

## OPERAÇÃO ARCANJO

O Exército Brasileiro segue cooperando em ações de segurança pública com o estado do Rio de Janeiro, na região dos Complexos do Alemão e da Penha, parceria iniciada em 26 de novembro de 2010. O Exército deve permanecer nesta atividade até que estejam preparados os efetivos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) do governo estadual, para a ocupação definitiva daqueles locais. Com um efetivo médio de 1.860 militares desde o início da operação, o Exército já realizou mais de 14 mil ações de patrulha a pé e mecanizada, de controle de vias urbanas e apreendeu drogas, armamentos e munições, entre outros.

# Plano Brasil Maior

## Inovar para competir. Competir para crescer

O objetivo da estratégia é aumentar a competitividade da indústria nacional a partir do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor

O Plano Brasil Maior, lançado em 2 de agosto, visa promover o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, com ganhos sustentados de produtividade e competitividade da produção nacional. Para tanto, envolve um conjunto de medidas organizadas em três eixos:

- Estímulo ao investimento e à inovação;
- Apoio ao comércio exterior; e
- Defesa da indústria e do mercado interno.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com a participação dos Ministérios de Ciência e Tecnologia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Fazenda e Casa Civil, o Brasil Maior integra o Plano de Inovação do Brasil (PIB) e representa uma nova etapa da política de fortalecimento da indústria nacional. O plano dá sequência às medidas contidas na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004, e na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008.

Sua estrutura básica está definida nas Medidas Provisórias (MPs) 540/2011 e 541/2011. Outras ações ainda serão discutidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), órgão colegiado cuja atribuição é propor medidas de política industrial à Presidenta da República.

Recentemente, o CNDI retomou suas atividades com a nomeação de novos conselheiros da sociedade civil e nova composição, que inclui os Ministérios da Saúde e da Defesa e as Secretarias de Portos e de Aviação Civil da Presidência da República.

## PRINCIPAIS MEDIDAS

**Redução do tempo para devolução do crédito tributário sobre Bens de Capital:** o prazo de devolução dos créditos de PIS/Cofins gerado por investimento em bens de capital será reduzido dos atuais 12 meses para devolução imediata.

**Desoneração das exportações:** foi instituído o Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras), que consiste na devolução em dinheiro de 3% da receita decorrente da exportação de manufaturados. O objetivo da medida é desonerar as exportações de bens industrializados de tributos pagos ao longo da cadeia de produção.

**Ressarcimento de créditos aos exportadores:** o processamento dos pedidos de ressarcimento será automático, com pagamento em dinheiro em 60 dias para as empresas que já tenham escrituração fiscal digital. As solicitações, que hoje somam R\$ 19 bilhões, serão atendidas de maneira mais célere.

**Margem de preferência:** regulamentação da Lei de Compras Públicas (Lei 12.349/2010), definindo margem de preferência de até 25% para o preço do produto nacional na concorrência com importados. A medida valerá para compras governamentais nas áreas de Defesa, Saúde, Têxtil, Confecções, Calçados e Softwares.

**Desoneração do IPI:** prorrogação da desoneração do IPI sobre bens de capital, material de constru-

ção, caminhões e veículos comerciais leves até o final de 2012.

**Novo Regime Automotivo:** prevê incentivo tributário como contrapartida à ampliação do conteúdo nacional e agregação de valor aos automóveis produzidos no Brasil. Haverá alíquotas de IPI mais favoráveis para empresas fabricantes no Brasil que atendam os requisitos de produção regional e de investimentos em atividades de inovação, de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico de produto no País.

**Desoneração da folha de pagamento:** empresas de setores intensivos em mão de obra deixarão de pagar a alíquota de 20% de contribuição para a Previdência Social e passarão a pagar um percentual sobre a receita bruta. Para garantir que não haja impacto negativo na Previdência, o Tesouro Nacional arcará com a eventual redução na arrecadação destes setores.

**Inovação e financiamento:** a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) terá mais R\$ 2 bilhões em recursos para ampliação de sua carteira de inovação. Haverá adequação das linhas do BNDES para

facilitar o acesso ao crédito para investimento e capital de giro.

**Defesa Comercial:** será fortalecida a partir de diversas medidas, como a redução, de 15 para 10 meses e de 240 para 120 dias, dos prazos de investigação e aplicação do direito provisório, que é a aplicação do direito *antidumping* antes do término da investigação, desde que constatados, preliminarmente, a existência de *dumping* e do dano à indústria doméstica; o combate à circunvenção, que é uma prática desleal de comércio em que se procura burlar a aplicação de uma medida de defesa comercial em vigor; o combate à falsa declaração de origem e a preços subfaturados; e a contratação de 120 novos investigadores para o cargo de Analista de Comércio Exterior.

**Modernização do Marco Legal do Inmetro:** ampliação do escopo de atuação da autarquia, que terá sua estrutura ampliada e modernizada para fazer frente ao aumento do número de produtos certificados. O Inmetro atuará também em aeroportos e portos para atestar a qualidade dos produtos importados, que terão de respeitar as mesmas normas impostas aos produtos nacionais.

## Metas do Plano Brasil Maior até 2014

**Investimento fixo em porcentagem do PIB:** de 18,4%, em 2010, para 22,4%.

**Dispêndio empresarial em P&D em porcentagem do PIB:** elevar de 0,59%, em 2010, para 0,90%.

**Participação nacional nos mercados de tecnologias, bens e serviços para energias:** aumentar o Valor da Transformação Industrial / Valor Bruto da Produção (VTI/VBP) dos setores ligados a energia de 64,0%, em 2009, para 66,0%.

**Fortalecer as Micro, Pequenas e Médias Empresas:** aumentar em 50% o número de MPMEs inovadoras, de 37,1 mil, em 2008, para 58,0 mil.

**Número de domicílios urbanos com acesso a banda larga:** ampliar de 13,8 milhões, em 2010, para 40 milhões de domicílios.

**Valor agregado nacional:** aumentar a razão entre o Valor da Transformação Industrial / Valor Bruto da Produção (VTI/VBP) de 44,3%, em 2009, para 45,3%.

**Porcentagem da indústria intensiva em conhecimento:** aumentar a razão entre o VTI da indústria de alta e média-alta tecnologia / VTI total da indústria de 30,1%, em 2009, para 31,5%.

**Diversificar as exportações brasileiras:** ampliar a participação no comércio internacional de 1,36%, em 2010, para 1,6%.

**Produzir de forma mais limpa:** diminuir o consumo de energia por unidade de PIB industrial de 150,7 tep\*/R\$ milhão, em 2010, para 137,0 tep/R\$ milhão.

\* Tonelada equivalente de petróleo.

**Porcentagem dos trabalhadores da indústria com pelo menos nível médio:** aumentar de 53,7%, em 2010, para 65%.

# Crescer – Programa Nacional de Microcrédito

## Microcrédito com juros de 8% ao ano

Mais estímulo para o desenvolvimento do empreendedorismo no País por meio da atuação direta dos bancos federais

Lançado em agosto, o Crescer – Programa Nacional de Microcrédito ampliará fortemente o microcrédito produtivo orientado no País. A meta é alcançar, já em 2013, 3,5 milhões de microempreendedores.

O Crescer visa democratizar o acesso ao crédito produtivo, garantindo recursos em condições mais adequadas para abertura e desenvolvimento dos microempreendimentos no País, além de estimular a ampliação da bancarização, beneficiando principalmente a população de baixa renda. Por isso, o Crescer é também uma das estratégias do Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre.

Para atingir esses objetivos, os bancos públicos federais passam, a partir de agora, a atuar diretamente na concessão do microcrédito, com a participação de agentes de crédito e do SEBRAE no

apoio ao empreendedor. Caixa, Banco do Brasil e Banco da Amazônia passarão a atuar nesse mercado, ao lado do Banco do Nordeste, que já conta com um programa de sucesso, o Crediamigo.

### Metas para os bancos públicos federais do Programa Crescer – 2011 a 2013



## O Programa Crediamigo

O Programa Crediamigo, do Banco do Nordeste, é a maior experiência de microcrédito operado diretamente por banco federal no Brasil. Em operação desde 2001, o programa já realizou 9,5 milhões de financiamentos, com desembolso total de R\$ 10,2 bilhões até setembro/2011. Somente nos primeiros nove meses deste ano foram concedidos 1,6 milhão de financiamentos, ao valor médio de R\$ 1.269,08 por operação de crédito, com baixa inadimplência. O sucesso do programa reside no uso de metodologias de entrega do crédito típicas do microcrédito, como o apoio ao microempreendedor por meio de agentes de crédito e a utilização de mecanismos de aval solidário, que facilitam o acesso de pessoas que nem sempre podem oferecer garantias reais para tomar o financiamento.

## Condições do programa

### Beneficiários

Microempreendedores Individuais (MEIs) e pessoas físicas e microempresários com faturamento de até R\$ 120 mil.



### Limite de financiamento

R\$ 15 mil.

### Taxa de juros

Reduzida de 60% para 8% ao ano.



### Taxa de Abertura de Crédito (TAC)

Reduzida de 3% para 1%.

### Prazo

6 meses para capital de giro e 24 meses para capital fixo.



Outra novidade é a redução do custo do crédito. A taxa de juros foi reduzida de 60% para 8% ao ano. Além da taxa de juros, o empreendedor somente precisa arcar com uma Taxa de Abertura de Crédito (TAC), que foi reduzida de 3% para 1%.

### Fontes de recursos

Os recursos são provenientes da exigibilidade de aplicação em microcrédito, que correspondem a 2% do total dos depósitos à vista que os bancos comerciais devem aplicar em microcrédito ou, compulsoriamente, manter depositado no Banco Central. Atualmente esses recursos somam R\$ 3,15 bilhões.

A partir de janeiro de 2012, será exigido que um mínimo do saldo da carteira de microcrédito de todos os bancos, constituída por recursos da exigibilidade, seja destinado a operações de microcrédito produtivo orientado. Esse percentual será de 10% a partir de janeiro de 2012, passando a 40% a partir de julho, 60% a partir de janeiro de 2013 e a 80% a partir de julho de 2013.

### Recursos para redução dos juros

O dispêndio efetivo do Governo Federal no programa corresponde à equalização dos juros, ou seja, à complementação de recursos necessária para que os bancos públicos federais possam oferecer o crédito dentro do novo patamar de taxa de juros fixado, de 8% ao ano.

Para atingir as metas de 3,46 milhões de clientes ativos e de R\$ 2,99 bilhões de carteira ativa em 2013, a complementação de recursos do Governo Federal será de R\$ 50 milhões ainda neste ano, R\$ 310 milhões em 2012 e R\$ 483 milhões em 2013.

# Supersimples

## Desoneração e menos burocracia

Mudanças na legislação para beneficiar pequenas empresas e microempreendedores

O Simples Nacional é um regime especial de tributação, no qual sete impostos federais, estaduais e municipais são pagos com alíquota única, reduzindo os custos e facilitando a formalização das micro e pequenas empresas brasileiras.

A Lei Complementar nº 139, sancionada em novembro, altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006) para conceder mais benefícios e oportunidades aos pequenos empreendedores brasileiros. Fruto de acordo entre o Governo Federal e a Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas, o que permitiu sua tramitação mais célere, a nova lei irá vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012.

As alterações na lei elevam o Simples Nacional a um novo patamar, abrangendo um maior número de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e empreendedores individuais (MEI) e possibilitando que aqueles já optantes pelo Simples paguem menos tributos. Haverá também simplificação de procedimentos, facilitando ainda mais o cumprimento das obrigações tributárias pelos empreendedores.

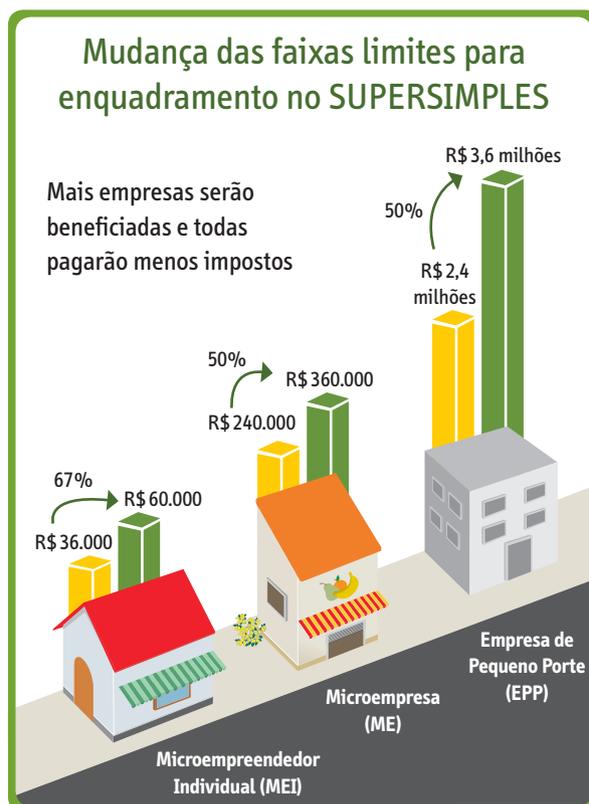
As pequenas e microempresas constituem a base da estrutura produtiva do País, representando 77% das empresas formais brasileiras. Atualmente, 5,6 milhões de empresas são optantes do Simples e do Microempreendedor Individual.

## PRINCIPAIS MEDIDAS

### Ampliação dos limites de enquadramento

O valor das faixas limites de receita bruta anual para enquadramento nos benefícios tributários foi corrigido em 50% para a microempresa e empresa de pequeno porte e em 67% para o empreendedor individual. Com essa ampliação, mais empresas serão beneficiadas e aquelas já inscritas no Sistema que migrarem para faixas inferiores também pagarão menos impostos.

Veja os novos limites:



## Desoneração e estímulo à exportação

As microempresas e empresas de pequeno porte poderão realizar exportações, sem exclusão do regime, com valor equivalente ao limite da receita bruta previsto para se beneficiar do Simples. Na prática, as microempresas e as empresas de pequeno porte poderão dobrar o limite de enquadramento, desde que a metade do faturamento seja proveniente das vendas externas.

## Menos burocracia

### Empreendedor Individual

- Registro, alteração e baixa do empreendedor individual poderão ser feitos, a qualquer momento, pela internet.
- Recolhimento de todos os tributos e encargos trabalhistas em uma guia única. Para isso, será criada a Declaração Única de Informações Sociais do empreendedor individual, que substituirá a GFIP, RAIS, CAGED e o Relatório Mensal de Receitas Brutas.

### Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

- Redução de 3 anos para doze meses do tempo

de inatividade necessário para o processo de baixa simplificado.

- Eliminação da necessidade de preenchimento da Declaração Anual do Simples Nacional. Os dados informados para o cálculo mensal unificado dos tributos serão utilizados para compor o histórico tributário anual.

## Maior facilidade para quitar dívidas

As micro e pequenas empresas poderão parcelar, em até 60 meses, os débitos tributários acumulados. Antes, muitas empresas eram excluídas do regime especial de tributação por causa de dívidas tributárias e acabavam sendo tributadas pelo regime do lucro presumido. Agora, com as mudanças no Simples, essas empresas poderão saldar suas dívidas e, ainda, pagar menos impostos.

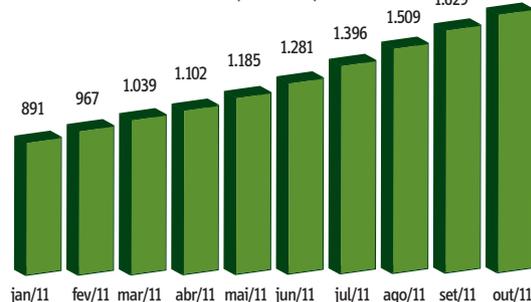
A adoção desse conjunto de medidas permitirá o aprimoramento do ambiente institucional e tributário para os micro e pequenos empreendedores. Isso significa mais facilidade para a formalização e o fortalecimento de um segmento importante de empresas, tornando-as mais competitivas e incrementando a economia do País.

## MEI: em 2011, número de empreendedores cadastrados cresce 94% até outubro

Ao se cadastrar no Empreendedor Individual, o empreendedor se formaliza e pode emitir nota fiscal, ampliando suas oportunidades de negócios. Além disso, garante acesso a benefícios previdenciários tais como auxílio-doença, aposentadoria por idade, salário-maternidade após carência, pensão e auxílio reclusão.

Em outubro, o número de empreendedores individuais cadastrados correspondia a 1.732.993.

Evolução de Empreendedores Individuais Cadastrados (em mil)



Fonte: MF

# Copa do Mundo 2014

## Preparativos para o Mundial

Obras avançam, Projeto de Lei Geral da Copa tramita no Congresso e começam as ações nas áreas de segurança e turismo

### MONITORAMENTO CONTÍNUO DAS OBRAS DA COPA COM BALANÇOS PERIÓDICOS

Os empreendimentos de estádios, aeroportos, mobilidade urbana e portos nas 12 cidades-sede da Copa de 2014 estão sendo acompanhados de perto pelo Governo Federal.

Resultado desse monitoramento, o segundo balanço da preparação do País para o Mundial foi apresentado em setembro, às vésperas dos mil dias para o início do evento. Em 9 de novembro, a revisão da Matriz de Responsabilidades foi publicada no Diário Oficial, com atualização de datas e valores das obras.

### ANDAMENTO DAS OBRAS

As obras de preparação para o Mundial estão em ritmo adequado. A maioria será concluída até 2013. Somente devem terminar em 2014 as obras do Terminal de Passageiros do Aeroporto São Gonçalo do Amarante (RN) e obras de mobilidade em Curitiba, Manaus, São Paulo e Natal.

#### Arenas

Já foram assinados com o BNDES contratos que totalizam R\$ 3 bilhões. Todas as arenas iniciaram as obras e terão certificação ambiental. Os 8 estádios com previsão de entrega até dezembro de 2012 são os de: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá,

Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador. O estádio do Rio de Janeiro deve ser concluído em fevereiro de 2013, o de Manaus, em junho de 2013 e os de São Paulo e Natal, em dezembro de 2013.

#### Aeroportos

Nove aeroportos tiveram obras iniciadas: Rio de Janeiro, Natal, São Paulo/Guarulhos, São Paulo/Viracopos, Brasília, Porto Alegre, Cuiabá, Curitiba e Belo Horizonte. Além da concessão do aeroporto de Natal, estão em elaboração as concessões de Guarulhos (SP), Viracopos (Campinas) e Brasília.

#### Portos

São sete obras de execução rápida, que visam à construção de terminais turísticos modernos e adequados à demanda crescente de cruzeiros no litoral brasileiro. Os editais já foram lançados para as cidades de Fortaleza, Natal, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Santos. Todas as obras devem ser iniciadas até janeiro/2013 e estarão concluídas até o final de 2013.

#### Mobilidade

Cinco cidades já iniciaram as obras: Belo Horizonte, Cuiabá, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro. As obras serão finalizadas em 2013, com exceção de uma obra em Curitiba, duas em Manaus, uma em Natal e uma em São Paulo, cuja previsão das conclusões é maio de 2014.

## Investimentos para a Copa 2014



Curitiba, out. 11

### Aeroportos

35 ações em 13 aeroportos, totalizando R\$ 6,5 bilhões de recursos federais, sendo R\$ 408 milhões de investimento do concessionário do aeroporto de Natal.



Belo Horizonte, out. 11

### Estádios

12 estádios, envolvendo R\$ 6,7 bilhões, sendo R\$ 3 bilhões de financiamento do BNDES já assinados.



Curitiba, out. 11

### Mobilidade Urbana

52 empreendimentos que totalizam R\$ 12,4 bilhões, sendo R\$ 7,8 bilhões em financiamento.



Fortaleza, out. 11

### Portos

7 portos, com investimento total de R\$ 898,9 milhões.

## REVISÃO DA MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

Foram definidos novos valores para as obras de mobilidade urbana, portos e aeroportos, em relação aos previstos em janeiro de 2010 na Matriz de Responsabilidade, assinada pelas 12 cidades-sede. As principais mudanças ocorreram nas contrapartidas de estados e municípios.

Houve também mudanças em obras de mobilidade urbana. Em Cuiabá, as duas obras de corredores BRT (*Bus Rapid Transit*) foram alteradas para um

único projeto de Veículo Leve sobre Trilho (VLT). Em Belo Horizonte, o Corredor Pedro II – Carlos Luz foi alterado de BRT para corredor exclusivo de ônibus. Em Fortaleza, uma alteração no custo das desapropriações para a construção do VLT Parangaba/Mucuripe aumentou o valor da obra em relação ao divulgado no 2º Balanço da Copa.

## LEI GERAL DA COPA

Enviado ao Congresso Nacional, no final de setembro, o Projeto de Lei Geral da Copa regulamenta

5 das 11 garantias feitas à FIFA para a realização da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo FIFA, em 2014: permissões para entrada e saída no País; permissões de trabalho; proteção e exploração de direitos comerciais; segurança e proteção; e indenização.

A criação de leis específicas para a Copa é comum a vários outros países que sediaram o evento. As disposições do Projeto de Lei estão em harmonia com a Constituição Federal e o caráter federativo de nossa República.

O projeto, com 46 artigos, define regras especiais para vistos – prevê concessão facilitada e gratuita de visto para turistas que comprovem a vinda ao Brasil para a Copa –, proteção de marcas de produtos que serão licenciados para a Copa e punições para comércio irregular de ingressos. Além disso, o projeto prevê que as emissoras que não sejam proprietárias dos direitos de transmissão poderão exibir flagrantes de imagens de até 30 segundos dos eventos da Copa. O uso, no entanto, deve ter fins jornalísticos e não comerciais.

Com a Lei Geral da Copa, o Governo Federal encerra as iniciativas legislativas necessárias à realização da Copa no Brasil. Duas legislações importantes já estão em vigor – o Regime Diferenciado de Contratação e a Lei nº 12.350, que trata de isenção fiscal e direitos alfandegários. Os outros compromissos já estão contemplados pela legislação nacional vigente.

## COPA: SEGURANÇA PÚBLICA É REFORÇADA

Foi criada, em agosto, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça, que deve coordenar os esforços relativos a esse tema, incluindo a realização de investimentos em tecnologia, sistemas de informação e equipamentos de ponta, voltados não só aos eventos esportivos que o País sediará, mas também ao aperfeiçoamento do sistema nacional de segurança pública.

Com ações articuladas com as doze cidades-sede da Copa, em parceria com as secretarias estaduais de segurança pública, a Secretaria conta com equipes percorrendo os estados dessas cidades para avaliar as condições técnicas e operacionais visando organizar os planos locais de atuação durante o Mundial. Uma das principais ações da Secretaria é a criação dos Centros Integrados de Comando e Controle. Serão 14 centros operacionais, sendo dois nacionais (Brasília e Rio de Janeiro) e outros 12 locais, em cada uma das cidades-sede.

Outra função da Secretaria é a integração dos sistemas de segurança federais e estaduais aos sistemas da Interpol – Organização Internacional de Polícia Criminal.

O controle migratório e a fiscalização da entrada de produtos no País também serão fortalecidos, com a aquisição de sistemas e equipamentos mais modernos e seguros.

### **Pelé é embaixador honorário da Copa do Brasil**

Ídolo do futebol no mundo, Pelé foi nomeado pela Presidenta da República o embaixador honorário da Copa do Mundo de 2014. O título, inédito, foi criado em julho deste ano, por decreto presidencial. Caberá ao embaixador representar o País nos eventos da FIFA e atuar na promoção da imagem da Copa do Mundo de 2014.

## ESCOLAS TÉCNICAS OFERECERÃO CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA A COPA

Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia oferecerão programas e cursos de capacitação em idiomas estrangeiros e em áreas como turismo e hospitalidade, entre outras, para fazer frente à demanda de mão de obra gerada pela Copa.

Em Brasília, são oferecidos cursos de formação inicial e continuada em línguas estrangeiras, serviços e construção civil, em parceria com o Governo do Distrito Federal. No Rio Grande do Sul, mil mulheres realizarão cursos de capacitação em hospitalidade e turismo.

## PROMOÇÃO DO BRASIL E INFORMAÇÃO AOS TURISTAS PELA INTERNET

Portal criado para promover as cidades-sede da Copa foi lançado em outubro e disponibiliza vídeos nos quais os internautas podem assistir a imagens em 360° e interagir virtualmente. Cinco cidades já contam com vídeos no sítio: Rio de Janeiro, Cuiabá, Curitiba, Manaus e Salvador. A previsão é de

que até o começo de 2012 todas as cidades estejam contempladas. O endereço do portal é <http://www.braziltour360.com>

Outro portal lançado, o Viaje Legal (<http://www.viajelegal.turismo.gov.br>), oferece dicas importantes para um turismo tranquilo, tais como contratação de serviços, hospedagem, pacotes de viagem, passagens, dicas de saúde.

O portal disponibiliza também informações sobre temas recentes como novas leis e normas e direitos do consumidor em caso de atrasos e cancelamento de voos.

Essas informações também constam no Guia de Bolso do Turista, cuja segunda edição foi lançada este ano e que está disponível para download no portal Viaje Legal.

Foi lançado, pelo Grupo Executivo da Copa (Gecopa), um edital de chamada pública para projetos de promoção do País com vistas à Copa do Mundo. As inscrições se encerraram em 31 de outubro, e foram cadastrados 285 projetos, que serão analisados para eventualmente compor a agenda de promoção nacional e internacional.

### Anunciado calendário de jogos

Em outubro, foram anunciados o calendário e os locais dos jogos da Copa do Mundo de 2014. São Paulo abrirá o mundial, no dia 12 de junho, e Rio de Janeiro sediará a final, dia 13 de julho. Foram distribuídos todos os 64 jogos pelas 12 cidades-sede. Na primeira fase, todas as capitais receberão pelo menos uma disputa de uma seleção cabeça de chave e todas as sedes receberão quatro jogos. Nas oitavas de final, os jogos serão em Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Nas quartas de final, serão em Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador. As semifinais serão em Belo Horizonte e São Paulo. A disputa do terceiro lugar ocorrerá na capital federal.

# Reestruturação do setor aéreo

## Concessão de aeroportos acelerará investimentos

A concessionária deverá investir em melhorias na infraestrutura e nos serviços dos aeroportos concedidos, e recursos arrecadados pela Infraero serão investidos nos demais aeroportos sob controle da estatal

### MODELO DE CONCESSÃO DOS AEROPORTOS

Até 2012, o País terá quatro aeroportos concedidos à iniciativa privada como parte da política de reestruturação do setor aéreo. O objetivo da concessão é acelerar os investimentos para fazer frente à crescente demanda dos serviços aeroportuários no País. Enquanto a média mundial de crescimento no movimento de passageiros foi de 40% entre 2003 e 2010, no Brasil, o crescimento foi de 118% no mesmo período.

Em agosto de 2011, foi realizado o leilão para a primeira concessão, do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN). O consórcio vencedor ofereceu R\$ 170 milhões pelos direitos de construção e exploração do aeroporto, valor duas vezes maior que o mínimo estipulado pelo Governo Federal.

O modelo de concessão dos aeroportos de Brasília, Viracopos e Guarulhos foi apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU) em 13 de outubro, para análise da proposta antes da realização dos leilões.

De acordo com o modelo, as concessões se realizarão por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), constituídas por investidores privados e com participação da Infraero – limitada a 49% do capital. Parte dessas ações da Infraero será negociada com seus funcionários. Desse modo, a responsabilidade por novos investimentos e pela gestão desses aeroportos ficará a cargo da SPE.

Na proposta do governo, a concessão de Cumbica terá duração de 20 anos; Brasília, de 25 anos; e a de Viracopos, de 30 anos.

### Fundo Público

O governo espera arrecadar ao menos R\$ 5,6 bilhões ao longo do período de concessão. Esses recursos irão para um fundo público – Fundo Nacional da Aviação Civil (Fnac) – responsável por fomentar investimentos nos demais aeroportos do País que permanecerão sob controle da Infraero.

Os recursos são estimados a partir do valor do lance mínimo proposto de R\$ 2,3 bilhões para Cumbica,

### Investimentos obrigatórios para os concessionários nos primeiros 18 meses

Brasília	Guarulhos	Viracopos
<ul style="list-style-type: none"><li>• Ampliação do terminal de passageiros internacionais: mais mil passageiros internacionais em desembarque e 1,2 mil em embarque (em hora de pico).</li><li>• Novo pátio com capacidade para 24 aeronaves.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Novo terminal de passageiros: 1,8 mil passageiros internacionais em desembarque e 2,2 mil em embarque (em hora de pico).</li><li>• Novo pátio para 32 aeronaves.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ampliação da capacidade para mais 1,55 mil passageiros internacionais em desembarque e 1,5 mil em embarque (em hora de pico).</li><li>• Novo pátio para 35 aeronaves.</li></ul>

de R\$ 521 milhões para Viracopos e de R\$ 75 milhões para Brasília.

Além dos lances, o Governo propõe ficar com parte da receita das empresas ao longo da concessão. Essa fatia das receitas será de 10% em Cumbica; 5% em Viracopos; e 2% em Brasília.

## Investimentos

As empresas vencedoras das concessões deverão investir aproximadamente R\$ 21 bilhões. Grande parte desse investimento deve ser feito nos primeiros 18 meses, por causa da Copa do Mundo. Os contratos de concessão preveem multas no caso de não atendimento da demanda em todo o período do contrato.

## GESTÃO DOS AEROPORTOS

Já estão em operação 12 Centros de Gerenciamento Aeroportuário (CGA), novo sistema de gestão criado pelo Governo Federal nos aeroportos de Guararapes (PE), Guarulhos (SP), Congonhas (SP), Brasília (DF), Galeão (RJ), Santos Dumont (RJ), Confins (MG), Salvador (BA), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Manaus (AM) e Fortaleza (CE).

Os Centros são espaços montados com o objetivo de coordenar e monitorar em tempo real as operações de aeronaves, movimentação de passageiros e bagagens nos aeroportos, em sincronia com as empresas aéreas e órgãos públicos de fiscalização e controle que atuam nos aeroportos, como Polícia Federal, Receita Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Vigilância Agropecuária (Vigiagro).

## MELHORIA DOS AEROPORTOS DO PAÍS

Além dos R\$ 6,5 bilhões que serão investidos nos aeroportos para a Copa, mais R\$ 1 bilhão serão destinados a outras obras de melhoria de infraestrutura e serviços aeroportuários. Já estão em andamento

obras em pistas de pouso, decolagem e taxiamento, além de melhorias de pátios e terminais e de estruturas de controle.

Este ano, já foram concluídas obras nos aeroportos de Recife, São Paulo (Guarulhos) e Campinas. A capital pernambucana recebeu o Conector do Aeroporto completo – com a conclusão das duas etapas de obras – e, nos aeroportos paulistas, foram inaugurados os Módulos Operacionais.

## INFRAERO PUBLICA PRIMEIROS EDITAIS COM REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES (RDC)

Em outubro foi lançada a primeira licitação com base no Regime Diferenciado de Contratações (RDC), pela Infraero.

A licitação selecionará empresa para realizar os estudos preliminares e projetos básico e executivo da obra de ampliação e recuperação do estacionamento do Aeroporto Internacional de João Pessoa.

Em 1º de novembro, mais dois editais para licitações no âmbito do RDC foram lançados: um para fornecimento e instalação do sistema de transporte e manuseio de bagagens do terminal 2 do aeroporto do Galeão (RJ) e outro para construção da nova torre de controle e edificações do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA) do aeroporto de Salvador (BA). O RDC foi criado para aprimorar os processos de contratação de serviços e obras da União e deve ser aplicado exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, bem como às obras de infraestrutura e à contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos estados distantes até 350 quilômetros das cidades-sede das competições referidas.

# Transparência e acesso à informação

## Lei de Acesso à Informação e Comissão Nacional da Verdade

Novas medidas fortalecem a democracia e o pleno exercício da cidadania

A entrada em vigor da lei que regulamenta o acesso a informações públicas e da lei que cria a Comissão Nacional da Verdade é um marco fundamental para dar transparência às ações do Estado e garantir o acesso à história completa do povo brasileiro.

### Acesso a Informações Públicas

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) garante a todos os cidadãos o direito à consulta a documentos e informações produzidos pela administração pública, nos três níveis da federação. Entre as informações que deverão ser disponibilizadas estão dados sobre despesas, licitações, contratos, execução de programas, ações, projetos e obras.

Os órgãos públicos terão 6 meses para organizar seus dados e publicá-los na internet em linguagem simples e acessível. O chamado “Serviço de Informação ao Cidadão” permitirá também que sejam solicitadas informações que eventualmente não forem encontradas, com prazo de até 20 dias para resposta.

Outra grande mudança refere-se à classificação das informações, visto que nenhum documento será mantido em sigilo eterno.

Informações sigilosas somente serão classificadas como ultrassecretas se forem, excepcional e justificadamente, imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, e estarão protegidas

por um prazo de 25 anos de sigilo, prorrogáveis por mais 25. Documentos secretos permanecerão em sigilo por até 15 anos e os reservados por até 5 anos.

A nova lei também proíbe a restrição de acesso a informações que tratem sobre violações de direitos humanos ou que sejam necessárias à defesa dos direitos fundamentais.

O acesso a informações pessoais que sejam ofensivas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem poderá ser restrito, com prazo máximo de sigilo de até 100 anos, como definido na legislação atual. A nova lei, contudo, cria exceções a essa restrição de acesso: tratamento médico, estatísticas e pesquisa; interesse público; apuração de irregularidades; e ações voltadas à recuperação de fatos históricos relevantes.

Em um prazo de dois anos, todos os órgãos públicos deverão avaliar e reclassificar os seus documentos com base na nova lei. Qualquer pessoa poderá solicitar a revisão da classificação junto ao órgão, havendo, inclusive, possibilidade de recurso junto à instância superior.

### Comissão Nacional da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12.528/2011, irá examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 com o objetivo de efetivar o direito à memória e à verdade histórica.

Será composta por sete membros, escolhidos pela Presidenta da República por sua conduta ética e atuação em defesa da democracia e dos direitos humanos. O grupo terá dois anos para requisitar informações e documentos a órgãos públicos, convocar testemunhas, promover diligências, solicitar perícias e realizar audiências públicas. Ao final do prazo, deverá apresentar relatório com suas conclusões.

Será aproveitado todo o trabalho que vem sendo desenvolvido há quase 16 anos pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e há 10 anos pela Comissão de Anistia.

A Comissão da Verdade poderá também recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violações de direitos humanos e assegurar sua não repetição.

### Parceria para Governo Aberto

Em 20 de setembro, a Presidenta da República copresidiu, ao lado do Presidente dos Estados Unidos, o lançamento oficial da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*). A iniciativa pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais como transparência orçamentária, acesso público à informação e participação social. Ao todo, nove países – incluindo o Brasil – e nove organizações não governamentais fazem parte do Comitê Diretor. A iniciativa já conta com a adesão de 47 países.

Durante o lançamento, os países membros do Comitê Diretor endossaram uma Declaração de Princípios e apresentaram seus Planos de Ação para Governo Aberto. O Plano de Ação brasileiro foi desenvolvido por meio de consultas a diversos órgãos e à sociedade e sua implementação será acompanhada pelo Comitê Interministerial para Governo Aberto (CIGA), criado especificamente para este fim por meio de Decreto Presidencial de 15 de setembro.

Entre os compromissos assumidos pelo Brasil, destacam-se a adequação do Portal da Transparência ao padrão de “dados abertos”; a implementação do Sistema Federal de Acesso à Informação; a implementação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA); a disponibilização de dados do Sistema de Convênios (Siconv) em formato “dados abertos”; e a construção da “Plataforma Aquarius”, de gestão de informações estratégicas em Ciência e Tecnologia.

Constam do Plano de Ação, ainda, a realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), já convocada por decreto presidencial, e do 1º Encontro Nacional de Dados Abertos, além da adoção pelo Governo Federal de sistemas eletrônicos integrados para o gerenciamento de recursos públicos.

# Meio ambiente e sustentabilidade

## Ações pelo desenvolvimento sustentável

Combate ao desmatamento, manejo adequado dos resíduos sólidos, aprimoramento dos procedimentos de licenciamento ambiental combinados com estímulo à eficiência energética garantem o desenvolvimento com preservação ambiental

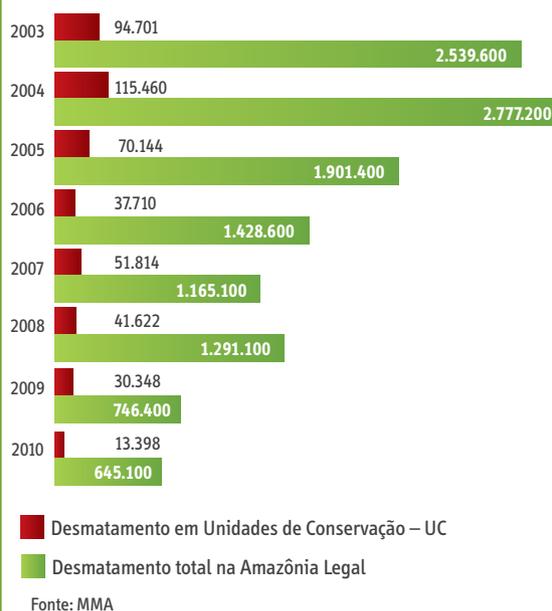
### Combate ao desmatamento e degradação ambiental

O monitoramento, o controle e a fiscalização ambiental têm sido intensos, por meio de ações integradas entre Ibama, Polícia Federal, Forças Armadas e Força Nacional de Segurança Pública.

Medidas adotadas pelo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAm) já haviam resultado na redução do desmatamento de 27 mil km<sup>2</sup>, em 2004, para 7 mil km<sup>2</sup> em 2010. O PPCDAm é interministerial e coordena as iniciativas do Governo para o combate ao desmatamento ilegal. Os dados do sistema DETER, que produz alertas diários sobre o desmatamento na Amazônia para orientar a fiscalização e garantir ações eficazes de controle da derrubada da floresta, mostram que, de janeiro a setembro de 2011 a área desmatada correspondeu a 1.835 km<sup>2</sup>. Essa área é 1,5% menor que no mesmo período de 2010, quando o desmatamento atingiu 1.862 km<sup>2</sup>.

Considerando que os números do DETER são indicativos da tendência do desmatamento, o resultado para os nove primeiros meses do ano indicaria a redução do desmatamento em 2011 em relação a anos anteriores. Nesta direção também sinalizam os resultados do DETER em setembro de 2011, quando foram desmatados 253,8 km<sup>2</sup>, a menor área para o mês desde 2004. Na comparação com setembro de 2010, houve redução de 43% na área desmatada.

Taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal e em Unidades de Conservação (ha)



Em 2011, até outubro, 1.473 autos de infração foram lavrados, no valor total de R\$ 550,92 milhões, embargando 76.929,64 ha de área, apreendendo 41.022,84 m<sup>3</sup> de madeiras em tora e 4.479 animais.

### Aprimoramento dos procedimentos de licenciamento

O licenciamento para portos, rodovias federais, exploração de petróleo e linhas de transmissão de eletricidade mudou, ganhando mais agilidade e transparência. Mantendo o rigor e os critérios técnicos, sem mudança nas leis, decretos e resoluções que asseguram a minimização dos impac-

tos e a compensação dos danos ao meio ambiente, foram editadas cinco novas portarias interministeriais que definem procedimentos para solicitação e concessão das licenças.

Os empreendedores e a área técnica do Ibama ganharam maior segurança jurídica. Regras mais claras, elaboradas para evitar dupla interpretação e discricionariedade na análise dos processos e assegurar bases técnicas sólidas para tomada de decisão vigoram desde 28 de outubro. Um avanço necessário para agilizar iniciativas que movimentam a economia, promovem o crescimento econômico e geram emprego e renda.

A modernização do licenciamento vai permitir, também, o resgate de um passivo ambiental de mais de 50 anos. Serão regularizados 35 portos, 12 mil km de linhas de transmissão e 55 mil km de rodovias federais.

Os que já estão regularizados e os que forem sendo regularizados não precisarão de novos processos de licenciamento para realizarem pequenas obras de baixo impacto, como dragagem de manutenção e aprofundamento de canais, bastando obterem autorização do Ibama. As rodovias também vão poder fazer obras simples, necessárias à segurança e melhoria do tráfego, dentro da área de domínio, e com autorizações ambientais específicas. A exploração do petróleo poderá ser licenciada por polígono, em vez de uma licença a cada novo poço, apresentando ganhos na gestão do licenciamento ambiental, conferindo à sociedade maior acesso às informações.

### Valor Ambiental: uso do lixo e resíduos sólidos

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos, parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos, está

em consulta pública de 5 de setembro até 24 de dezembro de 2011, no sítio:

<http://www.cnrh.gov.br/pnrnac>

Para debater as diretrizes e metas do Plano, foram realizadas audiências públicas nas cinco regiões brasileiras. A vigência do plano será por prazo indeterminado, com um horizonte de 20 anos e atualização a cada quatro anos.

O Plano estabelecerá ações para tratar dos resíduos desde sua geração até a disposição final, passando pela coleta, separação ou acondicionamento temporário, tratamento, reaproveitamento e descarte.

### Estímulo à Eficiência Energética

As premissas e diretrizes básicas do Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf) foram publicadas em 19 de outubro de 2011. Elaboradas pelo Ministério das Minas e Energia (MME), com a cooperação de técnicos do setor energético, em parceria com centros de pesquisas, universidades e institutos de normatização e metrologia, outros órgãos de governo, além da iniciativa privada, destinam-se a nortear o desenvolvimento de ações para garantir as necessidades da economia nacional com o menor uso de energia, atendendo requisitos de sustentabilidade ambiental.

Em 2020, espera-se economizar, aproximadamente, o corresponde à metade do atual consumo de energia elétrica da região Nordeste, ou ainda, o equivalente à geração das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, evitando um custo de R\$ 29 bilhões. Essas medidas contribuem para que o Brasil persista com uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo.

# Relação federativa

## Parcerias com estados e municípios

Melhora da situação fiscal permite o aumento da capacidade de investimento de 17 estados

### Ampliação do crédito fiscal para estados

O Governo Federal autorizou dezessete estados a ampliar em R\$ 37 bilhões seus investimentos. Os governos do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Sergipe poderão contratar empréstimos para realizar obras de infraestrutura, saneamento e mobilidade urbana e implementar ações de desenvolvimento regional, entre outros. A autorização foi concedida no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, válido até 2013.

### Limite adicional de crédito fiscal

Estado	Limite adicional (em R\$ milhões)
AC	629,03
AL	666,48
AM	1.392,45
BA	2.566,06
CE	3.848,09
MA	2.000,00
MG	3.000,00
MT	2.195,46
PB	500,00
PE	2.735,15
PI	927,20
PR	1.192,12
RJ	5.999,97
RO	228,91
RS	1.466,58
SE	682,97
SP	7.000,00

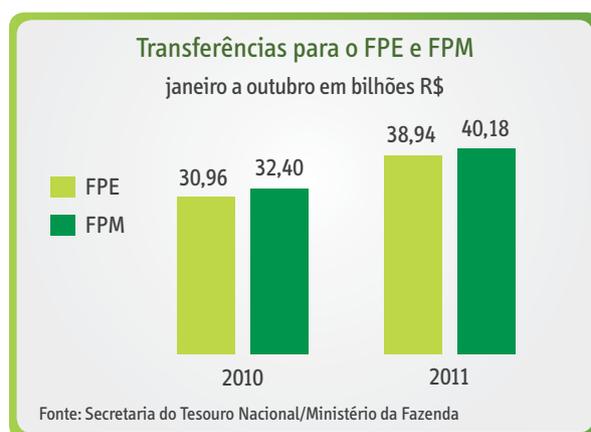
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda

Os empréstimos serão contratados junto ao BNDES, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). Essa ampliação do limite de crédito é resultado da melhora da situação fiscal dos estados, que está mais sólida, e contribui para manter o crescimento da economia brasileira.

### Transferências constitucionais crescem

Nos primeiros dez meses de 2011, foram transferidos R\$ 40,18 bilhões aos municípios de todo o País por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), já descontada a parcela do FUNDEB. Este valor é 24% maior que o transferido no mesmo período em 2010.

Para os estados, foram transferidos R\$ 38,94 bilhões de janeiro a outubro por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), valor 25,7% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.



Os créditos concedidos pelos Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO) somaram R\$ 12,5 bilhões de janeiro a setembro deste ano. O montante contratado neste ano é 11,6% maior que no mesmo período de 2010.

### Saneamento nos pequenos municípios

Os resultados da seleção de propostas para realização de obras e elaboração de projetos em saneamento básico para municípios com menos de 50 mil habitantes, no âmbito do PAC 2, foram anunciados pela Funasa em agosto. A Funasa investirá R\$ 2,2 bilhões nesta primeira etapa. Até 2014, o investimento será de R\$ 4 bilhões.

Na modalidade “obras”, foram pré-selecionadas para a fase de entrevistas técnicas 1.858 propostas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, e 1.412 propostas para Melhorias Sanitárias Domiciliares. O processo de seleção está na fase de visitas técnicas nos municípios. A divulgação do resultado final e respectiva contratação estão previstas para dezembro de 2011. Na modalidade “elaboração de projetos”, foram selecionadas 2.706 propostas, uma por município.

O Ministério das Cidades também financiará empreendimentos de saneamento básico para municípios de até 50 mil habitantes. O cadas-

tramento das cartas-consulta foi encerrado em julho. As 134 propostas selecionadas beneficiam 125 municípios e totalizam R\$ 1,127 bilhão em empréstimos.

### Orientações para busca ativa no Plano Brasil Sem Miséria

Em 25 de outubro, foi publicada Instrução do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com orientações para técnicos e gestores municipais para a realização da Busca Ativa, prevista no Plano Brasil Sem Miséria. O documento trata de três linhas de atuação:

- inclusão das famílias em extrema pobreza no Cadastro Único e a atualização cadastral necessária ao acompanhamento dessas famílias;
- procedimentos para identificar com precisão, no Cadastro Único, todas as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais ou a grupos específicos;
- parcerias necessárias para identificar e cadastrar todas as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente as residentes em áreas remotas ou em regiões consideradas violentas.

A instrução apresenta, ainda, protocolo para realização das parcerias nos níveis municipal e federal no âmbito do Brasil Sem Miséria.



# Brasil e o Mundo

# O Brasil e o Mundo

Atuação brasileira frente nas questões de paz e segurança no mundo e na crise financeira internacional marcam o período

## AGENDA MULTILATERAL

### Brasil na 66ª Assembleia-Geral da ONU

Em 21 de setembro, o Brasil abriu, mais uma vez, os debates da Assembleia-Geral da ONU, em Nova York, em sua 66ª sessão anual. Desde a criação das Nações Unidas, em 1945, o País tradicionalmente inaugura os debates da Assembleia-Geral. Esta foi a primeira vez que os debates foram abertos por uma mulher.

A intervenção do Brasil buscou destacar que o mundo se defronta com uma crise que é econômica, de governança e de coordenação política. Foi defendida a reformulação dos mecanismos de governança global, bem como a importância de uma ação concertada da comunidade internacional para fazer frente à crise financeira. Também foi destacada a necessidade de equilíbrio entre os ajustes fiscais e os estímulos necessários para a retomada do crescimento; de maior regulamentação do sistema financeiro, impondo controles à guerra cambial, com adoção de regimes de câmbio flutuante; e da reforma das instituições financeiras multilaterais para aumentar a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial.

Na esfera política, o Brasil manifestou apoio à proposta de ingresso pleno da Palestina na ONU, pois o reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Orien-

te Médio. Insistiu, ainda, na inter-relação entre desenvolvimento, paz e segurança e na associação entre as políticas de desenvolvimento e as estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável. A necessidade de reforma do Conselho de Segurança também foi destacada.

Ainda em Nova York, houve participação do Brasil em quatro outros eventos: Reunião de Lançamento da Parceria para Governo Aberto; Reunião sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis; Colóquio sobre Participação Política das Mulheres; e Reunião sobre Segurança Nuclear.

### Síria: Missão do IBAS em Damasco

Delegação do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) reuniu-se com o Presidente e com o Ministro para os Negócios Estrangeiros e Expatriados da República Árabe da Síria, em agosto de 2011, para discutir a situação e a evolução da crise política desse país e entregar documento que sintetiza a posição dos países do grupo, os quais condenam o uso desproporcional da força. Na ocasião, o presidente sírio assegurou à delegação o seu compromisso com o processo de reforma, que teria como objetivo conduzir a uma democracia multipartidária, inclusive mediante revisão constitucional. Ao recordar a adoção da Declaração Presidencial do Conselho de Segurança da ONU de 3 de agosto de 2011, a delegação reafirmou o compromisso com a soberania, a independência e a integridade terri-

torial da Síria, mas manifestou preocupação com a situação no país, condenou a violência de todas as partes e cobrou resultados concretos do processo de reformas anunciado pelo Governo.

### Relações entre Brasil e União Europeia se intensificam com a realização da V Cúpula

Realizou-se, em Bruxelas, em 4 de outubro, a V Cúpula Bilateral da Parceria Brasil-União Europeia. Na ocasião, o Brasil reiterou sua posição de que o multilateralismo é o melhor meio de engajar a comunidade internacional em torno de soluções para graves problemas globais que impedem o alcance do desenvolvimento sustentável. Sobre a Rio+20, destacou-se a expectativa de que a Conferência enfatize a centralidade do desenvolvimento sustentável e a importância de equilíbrio entre seus pilares ambiental, social e econômico. A situação da Europa, em geral, e da Grécia, em particular, também foi tratada na V Cúpula, tendo-se discutido a urgência em encontrar uma solução para a crise financeira. Na esfera bilateral, foi adotado Plano de Ação conjunto em relação à promoção da paz e da segurança internacional, ao fortalecimento da democracia e do primado do direito, ao respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos e à promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social e proteção ambiental. Brasil e União Europeia firmaram entendimentos sobre Ciência, Tecnologia & Inovação, Turismo e Cultura. O Brasil é o quarto principal destino dos investimentos europeus, com estoque de mais de US\$ 180 bilhões – atrás apenas dos EUA, Suíça e Canadá – e sexto maior investidor na União Europeia, com estoque de investimentos de cerca de US\$ 80 bilhões. O comércio bilateral também tem

crescido de forma consistente e somou, em 2011, US\$ 82,25 bilhões até outubro, com um saldo favorável ao Brasil de US\$ 6,38 bilhões.

### IBAS reforça a cooperação entre Brasil, Índia e África do Sul

A V Cúpula do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) ocorreu em 18 de outubro, em Pretória. Em seu oitavo ano de existência, o Fórum se consolida com um histórico de ações conjuntas e de projetos realizados.

A Cúpula tratou das três vertentes do Fórum: diálogo e concertação política; cooperação setorial; e cooperação com terceiros países, por meio do Fundo IBAS. O diálogo direto entre os Chefes de Estado e de Governo dedicou-se a questões econômico-financeiras e a temas relativos à paz e à segurança internacional, inclusive tendo em conta a presença, como membros não permanentes, do Brasil, Índia e África do Sul no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2011.

O Brasil reafirmou que a crise financeira atual expõe a fragilidade da governança econômica global e as dificuldades que enfrentam as lideranças políticas que estão no epicentro da crise. Antecipou sua expectativa de que o G-20 transmitisse ao mundo uma forte mensagem de coesão política e de coordenação macroeconômica, por ser prioritário solucionar o problema da dívida soberana, reverter o quadro recessivo global, avançar na regulamentação do sistema financeiro e pôr fim a políticas monetárias que provocam guerra cambial e estimulam o protecionismo.

Em relação aos acontecimentos políticos recentes no Oriente Médio e no Norte da África, os países do IBAS defenderam o fim imediato da repres-

são às populações civis e encorajaram o diálogo nacional para lograr uma saída não violenta. Concordaram, ainda, que intervenções armadas, especialmente as realizadas à margem do Direito Internacional, não trazem a paz nem protegem os direitos humanos. Também foi discutida a questão do desenvolvimento sustentável, no contexto da preparação para a Conferência sobre Mudança do Clima de Durban (COP 17) e Rio+20.

## G-20

O Brasil participou da Cúpula do G-20 em Cannes, França, nos dias 3 e 4 de novembro, para discutir os rumos da economia mundial e, em especial, a crise financeira que atinge os países desenvolvidos. Por iniciativa do Brasil, organizou-se reunião do BRICS no dia anterior à Cúpula, com vistas a coordenar posições dos países emergentes.

Na reunião do G-20, o Brasil defendeu que, para a superação da crise, é preciso colocar o crescimento, a criação de empregos e a inclusão social no centro da agenda econômica internacional. Enfatizou, particularmente, a preocupação com a proteção da população mais vulnerável contra as consequências da crise e o desemprego, principalmente entre os mais jovens. Nesse sentido, apoiou proposta da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de criação de um piso básico de renda, com a estruturação de uma rede de proteção para essas populações.

O Brasil também destacou a necessidade de fortalecimento do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o aporte de recursos adicionais, como forma de apoiar todos os países, não só os europeus, na superação dos desequilíbrios e de reduzir o risco sistêmico da crise. O Brasil se dispôs a

contribuir com o aumento de recursos do Fundo, mas com o alerta de que as organizações financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial devem refletir, em seus respectivos processos de reforma, o maior peso dos países emergentes na economia global.

Outra questão bastante discutida foi a importância do fortalecimento da regulação financeira. O Brasil defendeu que só o aprofundamento de normas e regras de supervisão irá evitar que os mercados financeiros sejam uma fonte de instabilidade para a economia global.

Em relação à mudança do clima, o Brasil reiterou sua posição em favor do princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Por isso, a aprovação de novas metas para países desenvolvidos no Segundo Período de Compromisso do Protocolo de Quioto será decisivo para o sucesso da Conferência de Durban, a realizar-se no final de 2011. À margem da Cúpula do G-20, foram realizadas reuniões bilaterais com Alemanha, Austrália, China, Cingapura e Turquia. Houve também encontro com o Diretor-Geral da OIT e delegação de organizações sindicais de vários países.

## América do Sul: UNASUL amplia a coordenação econômica

Em agosto de 2011, foi realizada a I Reunião Ordinária do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). A criação do Conselho insere-se na discussão mais ampla sobre a necessidade de reforma da arquitetura financeira internacional. Na I Reunião foram aprovados o Estatuto e o Plano de Ação do Conselho, que orientarão os trabalhos dos governos.

## Participação brasileira na UNIFIL

Com a aprovação do Congresso Nacional, o Governo brasileiro enviou um navio da Marinha do Brasil para reforçar o componente marítimo da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). O Brasil faz parte da primeira esquadra utilizada pela ONU em missões de paz. Em fevereiro, um oficial brasileiro assumiu o comando da Força-Tarefa Marítima (MTF), unidade da UNIFIL composta de 800 militares. É a primeira vez que o Comando da MTF está a cargo de um país que não é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

## AGENDA BILATERAL

### Visita ao Peru

Em 28 de julho, em Lima, em seguida à cerimônia de posse do novo Presidente do Peru, realizou-se a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado da UNASUL, ocasião em que o Brasil enfatizou a necessidade de maior coordenação dos países da região diante da crise financeira internacional.

### Visita ao Brasil da Presidenta da Argentina

A Presidenta da Argentina realizou visita oficial ao Brasil no dia 29 de julho. Na oportunidade, firmou-se entendimento relativo à necessidade de haver uma coordenação entre os países da América do Sul em resposta à crise econômica global. A solidez das relações comerciais entre os dois países também foi reforçada. Nos últimos oito anos, o comércio com a Argentina cresceu mais de 360%. Em 2010, as trocas comerciais bateram recorde histórico, com quase US\$ 33 bilhões de intercâmbio. No primeiro semestre de 2011, o fluxo comercial au-

mentou quase 30%. Cerca de 90% das trocas bilaterais correspondem a produtos industrializados.

### Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Canadá

O Primeiro-Ministro canadense realizou visita oficial ao Brasil entre os dias 7 e 9 de agosto. Foram assinados quatro acordos nas áreas de Serviços Aéreos, Previdência Social, Desenvolvimento de Terceiros Países e Organização de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Foram também anunciadas importantes iniciativas voltadas para o aprimoramento do diálogo e da cooperação bilateral – o Diálogo de Parceria Estratégica, o Fórum de Altos Executivos e o Diálogo sobre Energia. Os mandatários acordaram fortalecer a cooperação em educação, ciência, tecnologia e inovação, tendo em vista a prioridade atribuída a esses assuntos pelos dois países.

### Visitas à Bélgica, Bulgária e Turquia

Entre os dias 3 e 8 de outubro, foram realizadas visitas de Estado à Bélgica, à Bulgária e à Turquia. Na Bélgica, em visita oficial nos dias 3 e 4 de outubro, discutiu-se o intercâmbio de estudantes no contexto do Programa Ciência Sem Fronteiras e o interesse brasileiro em intensificar a cooperação bilateral científica e tecnológica, especialmente em nanotecnologia, microeletrônica, biotecnologia, materiais nucleares e tecnologia espacial. Foi ressaltado o interesse do Brasil em contar com empresas belgas em projetos na área de satélites espaciais geostacionários, portos, aeroportos e gestão de hidrovias.

Na primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Bulgária, foi discutida a cooperação nas áreas

## Brasil é homenageado no Festival Europalia 2011

O Brasil foi o país homenageado na 23ª edição do festival “Europalia”, inaugurada em 4 de outubro, em Bruxelas, e que se estenderá até 15 de janeiro de 2012. O “Europalia” é o maior festival cultural belga, atraindo em média mais de um milhão de visitantes a cada dois anos, com eventos na Bélgica e nos países vizinhos (França, Alemanha, Países Baixos e Luxemburgo).

de educação, tecnologia da informação, energia e transportes. Também buscou estimular a cooperação esportiva, com vistas aos Jogos Olímpicos de 2016, bem como identificar possibilidades de investimentos brasileiros na Bulgária. Na Turquia, foram assinados acordos bilaterais sobre educação e em matéria penal. Confirmou-se, durante a visita, o compromisso de ambos os países com a consolidação da parceria estratégica. Também ocorreu, em Ancara, Seminário Empresarial que contou com a presença de mais de mil empresários turcos.

### Visita à África do Sul, Moçambique e Angola

Na sequência da V Cúpula do IBAS, ocorreram visitas oficiais à África do Sul, Moçambique e Angola. Com a África do Sul, o Brasil possui parceria estratégica para coordenar posições em temas políticos (no âmbito do BRICS, IBAS, BASIC e G-20 Financeiro) e para desenvolvimento de variados projetos de cooperação. Houve significativo aumento do intercâmbio comercial bilateral: a África do Sul é o 4º maior parceiro comercial do Brasil na África e o

segundo maior mercado para os produtos brasileiros no continente, atrás apenas do Egito.

A visita a Moçambique realça a importância dada ao país na política externa brasileira. Ele já é o maior beneficiário da cooperação brasileira, em projetos muito diversificados, dentre os quais se destacam, na área da saúde, a fábrica de antirretrovirais, a ser operada pela Farmanguinhos; e, na área de agricultura, o Pró-savana, promovido pela Embrapa, em parceria com o Japão, para o desenvolvimento da agricultura nas savanas tropicais moçambicanas. Também crescem os investimentos de empresas brasileiras no país africano, principalmente após a abertura de linha especial de crédito pelo BNDES, em 2009.

Com Angola, o Brasil também mantém parceria estratégica desde 2010. Destaca-se, no âmbito político, a cooperação em ações para manter a estabilidade em Guiné-Bissau, outro membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa; e, no âmbito energético, a associação entre a Petrobras e empresa local para a prospecção de petróleo na costa angolana. Os investimentos brasileiros em Angola são crescentes, com a presença das maiores empresas brasileiras do setor de construção civil, mineração e energia. Angola é o 5º maior parceiro comercial brasileiro no continente africano (fluxo de U\$ 1,44 bilhão), sendo o terceiro maior importador de produtos brasileiros no continente, atrás apenas de Egito e de África do Sul.

### Visita ao Brasil do Presidente da Ucrânia

O Presidente da Ucrânia visitou oficialmente o Brasil em 25 de outubro. Um dos principais pontos de pauta foi a área espacial. Os compromissos nas áreas de defesa e para o desenvolvimento e

modernização de equipamentos militares também foram reforçados. Na área de energia e gás, foi discutida a possibilidade de turbinas a gás para geração de energia elétrica em plataformas do pré-sal serem adquiridas de empresas ucranianas ou produzidas por elas no Brasil. Também foi enfatizada a importância das exportações de ureia e amônia ucranianas, que poderão abastecer as fábricas de fertilizantes em construção no âmbito do PAC 2. A visita marcou, ainda, a comemoração dos 120 anos da imigração ucraniana para o Brasil.

### Reunião com a Diretora-Geral da UNESCO

Em 5 de novembro, em Paris, em reunião bilateral com a UNESCO, foram discutidas iniciativas de cooperação nas áreas de educação, ciência, cultura e comunicação. Os trabalhos da UNESCO em recursos hídricos, oceanos, geologia e mudança do clima foram identificados como importantes contribuições para a preparação da Rio+20. O Brasil reiterou a satisfação com o ingresso da Palestina como membro da UNESCO, aprovada em 31 de outubro.

## Rio+20

A promoção de uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e o aperfeiçoamento da governança global do desenvolvimento sustentável são os fundamentos da proposta enviada pelo Brasil, em 1º de novembro, para o Secretariado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, a realizar-se no Rio de Janeiro de 13 a 20 de junho de 2012.

A proposta identifica desafios novos e emergentes para o desenvolvimento sustentável e defende:

*1 – A erradicação da pobreza como elemento indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável.*

*2 – A plena consideração do conceito de desenvolvimento sustentável na tomada de decisão dos atores econômicos, sociais e ambientais, para alcançar maior sinergia, coordenação e integração entre os três pilares do desenvolvimento sustentável.*

*3 – O fortalecimento do multilateralismo, com a clara mensagem de adequação das estruturas das Nações Unidas e das demais instituições internacionais ao desafio do desenvolvimento sustentável.*

*4 – O reconhecimento do reordenamento internacional em curso e da mudança de patamar dos países, com seus reflexos na estrutura de governança global.*

O Brasil preparou sua contribuição inicial para os documentos de trabalho da Rio+20 a partir de ampla consulta no âmbito da Comissão Nacional, constituída por órgãos de governo e representantes de diversos segmentos sociais, como empresários, sindicatos, academia, organizações não governamentais, movimento sociais, povos indígenas e comunidades tradicionais, governos estaduais e municipais, membros do Congresso Nacional e do Poder Judiciário.



# Agenda Normativa

# Econômica e financeira

## Medida Provisória

539, de 26.7.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Confere competência ao Conselho Monetário Nacional para estabelecer regra para negociação de derivativos.</li></ul>
540, de 2.8.2011 (Brasil Maior)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reintegra valores referentes a custos tributários residuais às empresas exportadoras.</li><li>• Torna imediata, a partir de julho de 2012, a apropriação dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS decorrentes da aquisição ou importação de máquinas e equipamentos destinados à produção de bens e prestação de serviços.</li><li>• Concede incentivos à indústria automotiva, condicionados ao desenvolvimento da competitividade, aos níveis de investimento, à inovação tecnológica de produção local e agregação de conteúdo nacional.</li><li>• Desonera a folha de pagamento das empresas que prestam serviços de tecnologia da informação – TI e tecnologia da informação e comunicação – TIC, bem como das indústrias moveleiras, de confecções e de artefatos de couro.</li></ul>
541, de 2.8.2011 (Brasil Maior)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Prorroga até 31/12/12 a vigência do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).</li><li>• Autoriza a União a participar como cotista do Fundo de Financiamento à Exportação – FFEX, fundo destinado a prover financiamento para as exportações de bens e serviços brasileiros.</li><li>• Cria 120 cargos de Analista de Comércio Exterior para reforço dos mecanismos de defesa comercial.</li></ul>
543, de 24.8.2011 (Crescer)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Concede a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado a taxas de juros reduzidas (8% ao ano).</li></ul>
544, de 29.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Define normas específicas para compras e contratações do setor de defesa.</li><li>• Dispõe sobre regime especial tributário e de financiamentos para incentivo da base industrial de defesa.</li></ul>
545, de 29.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cria o Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica – RECINE.</li><li>• Altera a tributação da cadeia produtiva do café.</li></ul>
546, de 29.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Transfere da União aos Estados, DF e Municípios, R\$ 1,95 bilhão para o fomento às exportações.</li></ul>

## Lei Complementar

139, de 10.11.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumenta os limites de receita bruta anual para enquadramento de (ME) e (EPP) no Supersimples, definindo limites adicionais para EPPs, MEs e MEIs exportadores.</li><li>• Facilita o processo de abertura e encerramento das atividades das Empresas de Pequeno Porte (EPPs) Microempresas (MEs) e para Microempreendedores Individuais (MEIs)</li></ul>
--------------------	---

## Lei

12.507, de 11.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Inclui o tablet PC no Programa de Inclusão Digital para estimular sua produção no território nacional.</li></ul>
12.469, de 26.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reajusta em 4,5% os valores de referência para as faixas de rendimentos mensais do Imposto de Renda da Pessoa Física e para as deduções.</li></ul>
12.453, de 21.7.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Amplia os recursos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e prorroga a sua vigência até 30/06/12 (já prorrogada para 31/12/12 pela MP nº 541, de 2.8.11).</li><li>• Amplia o alcance de subvenção para empresas localizadas em municípios sob situação de emergência ou de calamidade pública decretada.</li></ul>

## Projeto de Lei

PLN 29/2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui o Plano Plurianual para o período 2012/2015, denominado Plano Mais Brasil, que consolida as políticas públicas do Governo Federal e adota uma estrutura que reflète uma visão estratégica, participativa e territorializada do planejamento governamental, facilitando a comunicação dos objetivos do governo para a sociedade.</li></ul>
-------------	--

## Mensagem

MSG 480/2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Submete ao Congresso Nacional a Resolução nº 66-2 da Junta dos Governadores do FMI, que Revisa as Quotas e Reforma a Diretoria Executiva do Fundo.</li><li>• Com a medida, o Brasil passa da 14ª à 10ª posição no <i>ranking</i> dos quotistas do FMI.</li></ul>
--------------	--

## Decreto

7.578, de 11.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelece as regras de aplicação e controle das medidas tributárias para a Copa do Mundo FIFA 2014.</li></ul>
7.574 de 29.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Consolida as normas sobre processo administrativo, contencioso, fiscalização, autuação, consulta, representação fiscal para fins penais, compensação e restituição de matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.</li></ul>
7.567 de 15.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Regulamenta o Regime Automotivo previsto na MP 540/2011, com IPI diferenciado para empresas fabricantes no País que atendam os requisitos de produção regional e de investimentos em atividades de inovação, de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico de produto no País.</li></ul>
7.565 de 15.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Determina ao IBGE a criação e divulgação de índice de preços de imóveis no Brasil em parceria com a Caixa Econômica Federal.</li></ul>
7.563 de 15.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui cobrança de IOF sobre operações com derivativos cambiais.</li></ul>

## Decreto (continuação)

7.555, de 19.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Regulamenta a nova sistemática de tributação do mercado de cigarros.</li></ul>
7.546, de 2.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui mecanismos que regulamentam as margens de preferência aos produtos e serviços nacionais nas compras públicas.</li></ul>
7.545, de 2.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Facilita a circulação de bens em regime de admissão temporária no território.</li></ul>
7.541, 7.542 e 7.543, de 2.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Regulamenta a extensão, por mais 12 meses, da redução de IPI sobre veículos, materiais de construção e aplicação de alíquota zero de IPI sobre bens de capital.</li></ul>
7.540, de 2.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui o Plano Brasil Maior – PBM e seu Sistema de Gestão, com vistas a integrar as ações governamentais de política industrial, tecnológica e de comércio exterior.</li></ul>
7.536, de 26.7.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF incidente sobre derivativos.</li></ul>

## Social

### Lei

12.513, de 26.10.2011 (Pronatec)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), voltado a estudantes, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.</li><li>• Cria o 'Fies-Empresa', possibilitando que empresas contratem financiamento do Fies para pagar cursos de formação inicial e de educação profissional e técnica para os seus trabalhadores.</li><li>• Possibilita à União condicionar o recebimento do Seguro-Desemprego pelo trabalhador à comprovação de matrícula e frequência em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.</li><li>• Possibilita que recursos do FAT sejam empregados no financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.</li><li>• Permite ao empregador não computar no salário de contribuição os gastos com educação profissional e tecnológica de empregados.</li></ul>
12.512, de 14.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde), para promover a conservação do meio ambiente e a melhoria das condições de vida de pessoas em situação de extrema pobreza que exerçam atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural.</li><li>• Institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais para estimular a geração de trabalho e de renda com sustentabilidade e promover a segurança alimentar.</li><li>• Amplia de 3 para 5 o limite do número de benefícios variáveis do Programa Bolsa-Família a ser pago por família.</li></ul>

## Lei (continuação)

12.506, de 11.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Regulamenta o aviso prévio proporcional, previsto no art. 7º, inciso XXI, da Constituição Federal.</li></ul>
12.499, de 29.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Autoriza a União a prestar apoio financeiro à manutenção de novas creches e estabelecimentos públicos de educação infantil nos municípios e no Distrito Federal.</li></ul>
12.487, de 15.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui o plano especial de recuperação da rede física escolar pública para prestar assistência financeira na recuperação de instalações físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres naturais.</li></ul>
12.483, de 8.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.</li><li>• Dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal</li></ul>
12.470, de 31.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reduz de 11% para 5% a alíquota de contribuição previdenciária para o microempreendedor individual e para as donas de casa de baixa renda.</li><li>• Estabelece trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual.</li><li>• Determina o pagamento do salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social.</li><li>• Permite a suspensão da concessão do benefício de prestação continuada quando a pessoa com deficiência ingressa no mercado de trabalho.</li><li>• Promove adequação do conceito de pessoa com deficiência, de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.</li><li>• Permite a inclusão como dependentes de filhos e irmãos com deficiência intelectual ou mental.</li></ul>
12.461, de 26.7.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelece a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde.</li></ul>

## Projeto de Lei

PL 2.442, de 29.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura para fortalecer o combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes no Brasil.</li><li>• Institui o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), que tem por objetivo monitorar pessoas privadas de liberdade e será formado por 11 peritos, com notório conhecimento, atuação e experiência na área de prevenção à tortura.</li><li>• Incorpora em Lei o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, criado em 2006 para o enfrentamento da tortura no Brasil.</li></ul>
PL 2.208, de 31.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cria a Universidade Federal do Cariri – UFCA.</li></ul>

## Projeto de Lei (continuação)

PL 2.207, de 31.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cria a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA.</li></ul>
PL 2.206, de 31.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cria a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.</li></ul>
PL 2.204, de 31.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cria a Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOBA.</li></ul>
PL 2.126, de 24.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Marco civil da internet: estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.</li></ul>

## Mensagem

MSG 409/2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Submete ao Congresso Nacional acordo que estabelece a isenção de vistos de curta duração para cidadãos brasileiros e da União Europeia (exceto Reino Unido e Irlanda) no território da outra Parte.</li></ul>
--------------	---

## Decreto

7.589, de 26.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância.</li></ul>
7.583, de 13.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Regulamenta a Tarifa Social de Energia Elétrica.</li></ul>
S/Nº, de 29.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos por Território de Quilombos no Estado de Minas Gerais – Quilombo Brejo dos Crioulos.</li></ul>
7.572, de 28.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Regulamenta o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde.</li></ul>
7.571, de 28.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumenta o limite do valor de saque de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os cidadãos atingidos por desastres naturais no Estado de Santa Catarina.</li></ul>
7.568, de 16.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fortalece o controle sobre os recursos repassados pela União a entidades privadas sem fins lucrativos.</li></ul>
7.562, de 15.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de saúde que ofertam residência médica e dos programas de residência médica.</li></ul>
S/Nº, de 15.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto para promover ações e medidas que visem ao incremento da transparência e do acesso à informação pública.</li></ul>
7.559, de 2.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), como estratégia de planejamento, apoio, articulação e referência para execução de ações voltadas para o fomento.</li><li>• Plano tem o objetivo de democratizar o acesso ao livro, de formar mediadores para o incentivo e valorização da leitura, dentre outros.</li></ul>

# Infraestrutura

## Medida Provisória

547, de 11.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui cadastro nacional de municípios com áreas de risco de desastres naturais.</li><li>• Determina o mapeamento das áreas de risco e a instituição de planos de prevenção e de contingenciamento.</li><li>• Altera o Estatuto das Cidades estabelecendo que municípios que possuam áreas de expansão urbana devem elaborar Plano de Expansão Urbana, contendo diretrizes gerais para ocupação ordenada dessas áreas.</li><li>• Autoriza a União a conceder incentivo ao município que adotar medidas voltadas para o aumento da oferta de terra urbanizada para utilização em habitação de interesse social.</li></ul>
542, de 12.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Redefine os limites do Parque Nacional (PARNA) da Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos e do Parque Nacional do Mapinguari.</li><li>• Regulariza a situação de ocupantes do Ramal do Pito Aceso e viabiliza a construção da UHE Tabajara.</li><li>• Regulariza a situação de agricultores familiares, que viviam dentro de áreas do PARNA Amazônia, desde as décadas de 1970 e 1980.</li><li>• Permite a conclusão da UHE Santo Antônio com a produção de energia para o País, que terá reservatório em áreas que pertenciam ao PARNA Mapinguari.</li></ul>

## Lei

12.490, de 16.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Confere à Agência Nacional do Petróleo competência de regulamentação e fiscalização do etanol (biocombustível).</li><li>• Altera os limites percentuais de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina (18-25%).</li><li>• Amplia o objeto social da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para permitir o desenvolvimento de atividades de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos.</li></ul>
12.485, de 12.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reforma do marco legal do setor de TV por assinatura.</li><li>• Disciplina do conteúdo brasileiro mínimo na programação.</li><li>• Confere competências de regulação e fiscalização para a Agência Nacional do Cinema – ANCINE sobre a programação e organização de canais.</li></ul>
12.462, de 5.8.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para a Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo FIFA 2014, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, e obras de aeroportos.</li><li>• Cria a Secretaria de Aviação Civil.</li><li>• Institui o Fundo Nacional de Aviação Civil.</li></ul>

## Projeto de Lei

PL 2.330, de 19.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelece medidas referentes à organização e à realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.</li></ul>
------------------------	---

## Decreto

7.581, de 11.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para a Copa do Mundo, as Olimpíadas, a Copa das Confederações e aeroportos.</li></ul>
7.564, de 15.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprimora a gestão dos recursos com a criação de novos mecanismos de controle dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).</li></ul>
7.578, de 11.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.</li></ul>
7.560, de 8.9.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelece procedimentos para a Administração Pública Federal relacionados às atividades da Autoridade Pública Olímpica (APO).</li></ul>
S/Nº de 26.7.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Institui o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 -GECOPA, com objetivo de planejar e executar as ações necessárias ao desenvolvimento do evento.</li></ul>
7.531, de 21.7.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Viabiliza o procedimento de concessão dos Aeroportos Internacionais Governador André Franco Montoro e Viracopos, no Estado de São Paulo, e Presidente Juscelino Kubitschek, no Distrito Federal.</li></ul>

## Portaria

594, de 19.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aprova o “Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf) Premissas e Diretrizes Básicas”, no qual orienta as ações a serem implementadas para se atingir metas de economia de energia no contexto do Planejamento Energético Nacional.</li></ul>
419, de 26.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Portaria Interministerial que regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei nº 11.516/2007.</li></ul>
420-MMA, de 26.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na regularização e no licenciamento ambiental das rodovias federais.</li></ul>
421-MMA, de 26.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica.</li></ul>
422-MMA, de 26.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental federal de atividades e empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar.</li></ul>

## Portaria (continuação)

423-MMA, de 26.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Portaria Interministerial que institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis para a regularização ambiental das rodovias federais.</li></ul>
424-MMA, de 26.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo Ibama na regularização ambiental de portos e terminais portuários, bem como os outorgados às companhias docas, previstos no art. 24-A da Lei nº 10.683/2003.</li></ul>
425, de 26.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Portaria Interministerial que institui o Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária/PRGAP de portos e terminais portuários marítimos, inclusive os outorgados às Companhias Docas, vinculadas à SEP/PR.</li></ul>

## Instrução Normativa

14-MMA/IBAMA, de 27.10.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Altera e acresce dispositivos à Instrução Normativa nº 184/2008, que dispõe sobre procedimento de licenciamento ambiental.</li></ul>
-----------------------------	--



GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

[brasil.gov.br](http://brasil.gov.br) 